



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL

GÉSSICA DOS ANJOS LOBO

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ: a Escola Técnica de Comércio - ETCA (1949 – 1961)**

SANTANA - AP

2022

GÉSSICA DOS ANJOS LOBO

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ: a Escola Técnica de Comércio - ETCA (1949 – 1961)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias

SANTANA - AP

2022

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- L799h Lobo, Gêssica dos Anjos
A História da Educação Profissional e Tecnológica no
Território do Amapá: a Escola Técnica de Comércio - ETCA (1949-1961)
/ Gêssica dos Anjos Lobo - Santana, 2022.
66 f.: il.
- Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Curso de Mestrado em Educação
Profissional e Tecnológica, 2022.
- Orientador: Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias.
1. Memória Histórica. 2. EPT. 3. Amapá. I. Dias, Dr. Cláudio Alberto
Gellis de Mattos , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GÉSSICA DOS ANJOS LOBO

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ: a Escola Técnica de Comércio - ETCA (1949 – 1961)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 30 / 06 / 2022

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Orientador



Prof. Dr. Klenilmar Lopes Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Membro interno



Prof. Dr. Luís Alexandre Lemos Costa
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Membro externo

GÉSSICA DOS ANJOS LOBO

MEMOEPTAP: Memórias da Educação Profissional e Tecnológica no Amapá

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus Santana*, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 30 / 06 / 2022

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Orientador



Prof. Dr. Klenilmar Lopes Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Membro interno



Prof. Dr. Luís Alexandre Lemos Costa
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Membro externo

Dedico este trabalho a Josefa de Lima Lobo e Raimundo Pantoja Lobo, meus avós, professores que ajudaram a construir a educação no território do Amapá.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de viver toda essa jornada.

Aos meus filhos Alice e Davi minhas razões de viver.

A Rafael pelo companheirismo e por já ver isso tudo aqui concretizado.

A amiga Keila Rebelo Gibson pelas orações e apoio.

A equipe da Sala de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda, aos professores Carlos Alfrane e Núbia Milany Moraes pelas instruções no trato as fontes históricas do nosso Estado, ali conservadas.

A equipe da Imprensa Oficial do Estado do Amapá, na pessoa da Mauryane Cardoso, Raimundo Ferreira e José Pacheco, pela recepção na pesquisa documental.

A equipe da Escola Professor de Gabriel de Almeida Café, em especial, ao diretor Rhuam Marinho e a Secretária escolar Maria do Socorro do Carmo por compreenderem a importância desse trabalho para a história da Escola.

Aos professores e colegas do Profsept, o mundo parou, mas conseguimos.

Ao professor Dr. Haroldo da Silva Ripardo Filho pelas primeiras discussões que conduziram essa pesquisa.

A professora Dr^a Amanda Fecury, pelo exemplo e palavras de incentivo.

Ao meu Orientador, Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias, pelos ensinamentos, aprimoramento e por ajudar a reconhecer o que realmente gosto de fazer: pesquisa!

“Quero trazer à memória o que me pode dar esperança.”

(Lamentações 3:21-25)

RESUMO

O caráter assistencialista da educação profissional, característica marcante na nossa História, começa no Brasil colônia, afinal o preconceito com os trabalhos manuais, fizeram com que os ofícios físicos restassem àqueles que não tivessem opção. Com ares de República, o Brasil passa por várias transformações. A educação profissional passou de assistencialista a responsável pelo fortalecimento dos setores da economia, e isso só seria efetivo com trabalhadores qualificados para uma profissão. A pesquisa objetivou apresentar, historicamente (entre 1949 e 1961), o papel da Escola Técnica de Comércio (ETCA) na EPT do Amapá, bem como sua contribuição para a implantação desta modalidade de ensino. O produto educacional, em forma de *webpage*, foi idealizado, a partir da pesquisa, para preservar o material coletado, bem como para servir como meio de consulta. A pesquisa realizada foi de natureza documental, com utilização de acervo público. Foram fotografados 4.289 arquivos, advindos da EE Gabriel de Almeida Café, da Imprensa Oficial do Amapá, e da Biblioteca Estadual Elcy Lacerda. Destes foram utilizados 2.123 arquivos, datados entre 1949 e 1961. A implantação da ETCA, impulsionada pela política de industrialização do país na era Vargas, e consequente tentativa de desenvolvimento do território (expansão), visava essencialmente gerar mão de obra alfabetizada e técnica. A dualidade no ensino ganhou uma especificidade própria do território, pois agora havia uma nova classe social, de renda média, cujos filhos não conseguiam estudar fora do território, mas conseguiam fazer cursos técnicos pagos. Os institutos federais (IFs), quando implantados, tornaram, em todo país, a oferta de cursos diferenciados acessíveis.

Palavras-chave: Memória Histórica. EPT. Amapá. ETCA.

ABSTRACT

The welfare character of professional education, a striking feature in our history, begins in colonial Brazil, after all, the prejudice with manual work, made physical jobs left for those who had no option. With an air of a Republic, Brazil goes through several transformations. Vocational education went from assisting to being responsible for strengthening sectors of the economy, and this would only be effective with workers qualified for a profession. The research aimed to present, historically (between 1949 and 1961), the role of the Technical School of Commerce (ETCA) in the EPT of Amapá, as well as its contribution to the implementation of this teaching modality. The educational product, in the form of a webpage, was designed, based on the research, to preserve the material collected, as well as to serve as a means of consultation. The research carried out was of a documentary nature, using public collections. 4,289 files were photographed, coming from EE Gabriel de Almeida Café, from the Official Press of Amapá, and from the Elcy Lacerda State Library. Of these, 2,123 files were used, dating between 1949 and 1961. The implementation of ETCA, driven by the country's industrialization policy in the Vargas era, and the consequent attempt to develop the territory (expansion), essentially aimed at generating literate and technical workforce. The duality in education gained a specificity of the territory, as there was now a new social class, of middle income, whose children were not able to study outside the territory, but were able to take paid technical courses. The federal institutes (IFs), when implemented, made the offer of differentiated courses accessible throughout the country.

Keywords: Historical Memory. EPT. Amapa. ETCA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ata mostra a filiação da Associação Comercial, Agrícola e Industrial do Território do Amapá (ACAITA) à Federação das Associações Comerciais do Brasil.	30
Figura 2 - Ata que discute e implementa a fundação da Escola Técnica de Comércio Amapaense em 1949.	31
Figura 3 - Ata das sessões preparatórias para a fundação em 1949.	32
Figura 4 - Ata mostrando a eleição do corpo administrativo para iniciar a organização da implantação da ETCA.	32
Figura 5 - Ata mostrando o comprometimento entre a ETCA e a ACAITA para manutenção da Escola Técnica.	33
Figura 6 - Ata mostrando a data em que a ACAITA encampou a ETCA.	34
Figura 7 - Ata mostrando a porcentagem de distribuição de fundos arrecadados com as mensalidades.	35
Figura 8 - Ata indicando que a aula inaugural foi realizada nas dependências da Escola Profissional de Macapá.	36
Figura 9 - Nota publicada no Jornal Amapá no dia 18 de novembro de 1950, relativa ao exame de admissão da ETCA.	37
Figura 10 - Anúncio encontrado no Jornal Amapá do dia 09 de dezembro de 1950.	37
Figura 11 - Ata que mostra a doação de cinco máquinas de escrever para a ETCA.	38
Figura 12 - Notícia na página do jornal Amapá sobre o início das aulas da ETCA.	39
Figura 13 - Portaria que concede inspeção preliminar dos cursos ofertados pela ETCA.	40
Figura 14 - Ficha de aluno da 1ª série do Curso Comercial Básico em 1950.	42
Figura 15 - Ficha de aluno da 2ª série do Curso Comercial Básico em 1951.	42
Figura 16 - Ficha de aluno da 3ª série do Curso Comercial Básico em 1955.	43
Figura 17 - Ficha de aluno da 4ª série do Curso Comercial Básico em 1957.	43
Figura 18 - Mostra a disciplina taquigrafia, no eixo de disciplina técnica na 4ª série do Curso Comercial Básico	44
Figura 19 - Ficha de aluno da 1ª série do Curso Técnico em Contabilidade em 1950.	46
Figura 20 - Ficha de aluno da 2ª série do Curso Técnico em Contabilidade em 1952.	46
Figura 21- Ficha de aluno da 3ª série do Curso Técnico em Contabilidade em 1953.	47
Figura 22 - Recorte do Diário Oficial do Amapá com a informação oficial da mudança do nome da ETCA para CCA.	49

Figura 23 - Página do jornal o Amapá de 12 de maio de 1953 mostrando um formando da ETCA pertencente a uma classe intermediária.	51
Figura 24 - Mostra a escolha do domínio para iniciar a criação do produto educacional (site).	54
Figura 25 - Mostra a logomarca criada para o produto educacional (site).	55
Figura 26 - Mostra a tela de desenvolvimento do produto educacional (site).	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mostra as disciplinas ofertadas, de maneira geral, no Curso Comercial Básico da ETCA entre 1950 e 1961, de acordo com os documentos encontrados em acervo.	41
Quadro 2 - Mostra as disciplinas ofertadas, de maneira geral, no Curso Técnico em Contabilidade da ETCA entre 1950 e 1961, de acordo com os documentos encontrados em acervo.	45
Quadro 3 - Mostra os governadores do território do Amapá entre 1949 e 1961.	48

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Divisão do Trabalho e Educação	17
2.2 Ensino Comercial no Brasil	18
2.3 As Leis Orgânicas sobre Ensino	20
3 METODOLOGIA	26
3.1 Local da pesquisa	26
3.2 Amostra	26
3.3 Aspectos éticos	26
3.4 Coleta de dados	27
3.5 Compilação dos dados	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1 A Criação do Território do Amapá e Educação	28
4.2 A Influência das Leis Orgânicas na educação no ex-território do Amapá	29
4.3 A Fundação da Escola Técnica de Comércio	30
4.4 A Escola Técnica de Comércio e a Ept	41
4.5 A Dualidade, a Ept e o Amapá	50
4.6 O Instituto Federal e a dualidade no Ensino Profissional e Tecnológico	51
5 PRODUTO EDUCACIONAL	54
5.1 Criação do Domínio	54
5.2 Criação da Logomarca	55
5.3 Criação do Site	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58
ANEXO 1 CARTA DE ACEITE DE PUBLICAÇÃO DO LIVRO	64

APRESENTAÇÃO

O Território Federal do Amapá foi criado através decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. As criações dos territórios estavam dentro de uma política de geopolítica e defesa da soberania brasileira preocupada em resguardar a posse brasileira das regiões de fronteiras estratégicas (SANTOS, 2006). O propósito da criação da autonomia territorial estava além da política de segurança nacional, trata-se do jogo político, onde a União almejava o poder central de decisão da exploração das riquezas naturais localizadas nesta região (SILVA, 2007).

A educação profissional existe desde os tempos mais remotos e está intrinsecamente ligada às práticas humanas, à observação e prática e à repetição. Ao repassar os saberes e técnicas aprendidos e aprimorados, as civilizações garantiram assim a sua sobrevivência, não somente no ponto de vista ambiental, como também no aspecto social (MANFREDI, 2002).

Em termos de Brasil, a gênese da educação profissional data do período colonial, em que mesmo de forma involuntária, os índios desempenharam práticas educativas para o trabalho, podendo ser considerados como os primeiros educadores de artes e ofícios (MANFREDI, 2002).

A atividade Comercial se constitui desde o Brasil colônia como chave de desenvolvimento, nesse ínterim a educação profissional, especificadamente o ramo do ensino comercial constitui-se como base nessa modalidade de educação, ganhando sempre atenção do Governo Brasileiro no que tange sua lei de organização e currículo, contudo sua oferta se fez através da iniciativa privada (BRASIL, 1937; 1946a; 2008)

Nesse sentido, a motivação da pesquisa surgiu da curiosidade acerca da história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Amapá, visto que a pesquisadora é licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá.

O trabalho foi dividido em uma pesquisa documental vinculada a apreciação teórica baseada em autores com trabalhos publicados acerca do assunto. A pesquisa objetivou apresentar, historicamente (entre 1949 e 1961), o papel da Escola Técnica de Comércio (ETCA) na EPT do Amapá, bem como sua contribuição para a implantação desta modalidade de ensino.

O produto educacional, em forma de *webpage*, foi idealizado, a partir da pesquisa, para preservar o material coletado, bem como servir de meio de consulta (recurso didático para aulas e apresentação e/ou material para futuras pesquisas).

A ETCA se mostrou parte integrante da Educação Profissional e Tecnológica, guardadas as proporções, do estado do Amapá.

1 INTRODUÇÃO

O homem se difere dos animais pela necessidade de produzir a sua subsistência. Isto é realizado quando ele age sobre a natureza, o que é denominado “trabalho”. Ao trabalhar o homem produz, se constitui, e identifica-se como “ser”. Tudo isso se dá através do processo de aprendizado, de onde advém a relação entre educação e trabalho (SAVIANI, 2007).

Diferente dos animais, que também trabalham e produzem, porém de forma limitada e instintiva (como, por exemplo, os insetos sociais como formigas e abelhas), o ser humano utilizando-se da consciência é capaz de projetar todas as ações que pode realizar através do ato do trabalho. Desta forma, o homem possui a capacidade de abstração, planejamento, produção e definição completa da amplitude do resultado do seu trabalho (MARX, 1984).

Nas comunidades primitivas, onde prevalecia o modo de produção comunal, os homens compartilhavam dos meios de produção para sua existência, e através deste processo desenvolviam formas e conteúdos e assim ‘educavam’ as novas gerações. Nesse sentido, trabalho e educação andavam juntos (SAVIANI, 2007).

No decorrer da História, com o desenvolvimento da capacidade de produção, emergiu o modelo capitalista, estabelecendo novas conjunturas nas relações sociais e de produção. Marx no séc. XIX anunciava a existência de uma sociedade formada por dominados e dominantes. Aqueles que “vivem” do trabalho alheio, e dos que vendem sua força de trabalho (CEZAR e FERREIRA, 2016).

O ritmo e produtividade do homem, entretanto, acabou por levá-lo à divisão do trabalho. Isso possibilitou a propriedade da terra (espaço físico), rompendo-se a coletividade existente nas comunidades primitivas, levando a criação de uma sociedade dividida em classes (SAVIANI, 2007).

Os primeiros indícios de uma prática profissional educativa em terras brasileiras ocorreram ainda no processo de colonização. Os índios foram transformados em mão de obra pelo Governo Português. Com o apoio dos padres jesuítas e objetivando educá-los para o trabalho, os índios indiretamente desempenhavam ofícios de ensino da agricultura rudimentar (VANDERLEY, 2014). De maneira gradativa a mão de obra indígena foi sendo substituída pelos negros traficados da África, e era no contexto entre a casa grande e as oficinas, que os ofícios e os ensinamentos das profissões manuais eram transmitidos (CUNHA, 2000).

Foi com escravos, sejam índios ou africanos, desenvolvendo os trabalhos manuais, que a dualidade (física X intelectual) e o preconceito se fixaram no Brasil. Os homens livres,

mestiços e brancos pobres, fugiam deste tipo de trabalho para não “deixar dúvidas quanto a sua própria condição”, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social (GARCIA, 2000).

Na Constituição Federal de 1937, o Estado reconhece a oferta do ensino profissional. Contraditoriamente, o documento define que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade, para filhos de seus trabalhadores. Perceber-se que o Estado não ofertava diretamente esse ensino, facilitando a estas entidades auxílios e subsídios (BRASIL, 1937).

Este projeto traz como questionamentos de pesquisa: Em que contexto ocorreu a ideia da fundação da Escola Técnica de Comércio do Amapá (ETCA)? Qual seu papel como pilar da EPT no estado do Amapá?

O objetivo principal desta pesquisa foi apresentar, historicamente (entre 1949 e 1961), o papel da Escola Técnica de Comércio (ETCA) na EPT do Amapá, bem como sua contribuição para a implantação desta modalidade de ensino. O objetivo específico foi discutir a dualidade educacional à época da pesquisa, trazendo-a até os dias atuais, onde existem os Institutos Federais (IFs) e, ao mesmo tempo, resgatar uma parte da documentação histórica da EPT no estado, buscando-os e preservando-os e tornando-os acessíveis (de forma gratuita).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Divisão do Trabalho e Educação

Na sociedade de classes a relação entre educação e trabalho é de dupla identidade. A escola foi configurada como um espaço que abrangia educação para trabalhos físicos distintamente da educação para trabalho intelectual. Alguns tinham a educação “manual” que formava para trabalhos que requeriam força física, e outros educação “propedêutica”, treinados para trabalhos puramente intelectuais (SAVIANI, 2007).

Na Educação formal, regular e básica, não se identifica claramente esta dupla identidade. Nota-se, entretanto, a existência de uma hierarquia que vem da própria divisão do trabalho proposta pela sociedade (SOUZA e RODRIGUES, 2014).

Por muito tempo, no Brasil, o acesso à escola básica excluiu grande parte da população. Quando é acessível apresenta, possivelmente; o nível médio para os mais favorecidos, tendo maior facilidade para alcançar o nível superior de qualidade, e a parcela menos abastada, que será direcionada para a qualificação profissional, a fim de exercer trabalhos menos intelectuais e que exijam menor conhecimento (SABIA e MILITÃO, 2011).

Dentro do campo da EPT existe uma visão de “dualidade histórica educacional”, que diz a respeito ao modelo de oferta da educação. A educação para o trabalho é destinada, em sua maioria, à camada menos favorecida da população, que exercerá trabalhos utilizando mais sua capacidade física do que intelectual, restritos a técnicas manuais, ou seja, formaram a mão de obra sem curso superior. Em contraposição, para as camadas mais abastadas, será dada a educação com acesso ao nível superior, preparando os indivíduos para o trabalho intelectual, melhor remunerado. Contudo, ambas as formas de acesso à educação contribuem no todo para os interesses das elites que controlam os ramos políticos e econômicos da sociedade (SILVA *et al.*, 2020).

Os Instituto Federais (IFs) têm a missão de, agindo localmente, diminuir a diferença de acesso ao ensino de qualidade e promover a inclusão social. Estudantes quilombolas e indígenas, por exemplo, tiveram acesso à educação qualificada com a expansão dos IFs. Entretanto existe uma taxa de evasão e repetência nessas instituições, provavelmente devido a diferença de nível de ensino entre os discentes que ingressam; a especialização de cada curso que é muito alta; e a certificação antecipada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (NUNES e WETTERICH, 2019).

Os IFs representam a oferta de um ensino médio integrado e técnico que não limita os seus alunos somente ao mundo do trabalho. Também propicia o acesso ao nível superior acadêmico e tecnológico (MOURA, 2007).

A expansão da rede federal como também a oferta de um ensino médio integrado profissionalizante pela rede pública, é o caminho possível com vistas a superação da divisão do trabalho e educação e conseqüentemente da dualidade educacional no Brasil (MOURA, 2007).

2.2 Ensino Comercial no Brasil

Na época da colonização as primeiras instituições que ofereciam o ensino na forma de uma profissão eram as chamadas Corporações de Ofício. Nelas eram ensinados conhecimentos artesanais que exigiam força física e habilidade: como olaria, carpintaria e construção civil (MÜLLER, 2009).

O caráter assistencialista da educação profissional, característica marcante na nossa História, começa no Brasil colônia, afinal o preconceito com os trabalhos manuais, fizeram com que os ofícios físicos restassem àqueles que não tivessem opção: os pobres, os desvalidos, os órfãos, os criminosos e outros desafortunados. Quem podia escolher, enveredava pelos caminhos da educação intelectual ou do comércio (BRASIL, 2008).

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, toda a estrutura governamental passa a ser sediada aqui. Conseqüentemente houve uma modificação marcante na educação. O governo passa a instituir a educação pública, sendo o primeiro desses lugares o colégio das Fábricas, criado por D. João VI. Contudo essa organização atendia, artistas e aprendizes vindos de Portugal, atraídos pela abertura dos portos e indústrias ao comércio (GARCIA, 2000).

Em 23 de agosto de 1808 no Rio de Janeiro é criada por decreto real a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, este órgão possuía as funções judicial e administrativa, além de ser encarregada do Ensino das aulas do Comércio (LOPES, 2009).

As aulas do Comércio surgiram em Portugal durante o reinado de D. José (1750-1777), que tinha como primeiro ministro o Marquês de Pombal. O atraso industrial, e o enfraquecimento comercial, na época, demonstram a carência de capacitação para o desempenho das atividades comerciais, o que não ajudava Portugal a concorrer economicamente com outros países europeus (ARAÚJO, 2013).

No Brasil, as aulas do comércio foram criadas a partir do Alvará de 15 de setembro de 1809, no Governo de D. João VI, e estabeleceram-se no Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pernambuco. Cada uma dessas instituições possuía um Lente, um professor, que passava por um exame para avaliar sua competência nas matérias de aritmética, câmbio, peso e medidas, seguros, e método de escrever os livros por partidas dobradas (ARAÚJO, 2013).

Desde sua criação em 1809 até 1845, as aulas do comércio eram regidas pelos Estatutos da Aula do Comércio de Lisboa, com a supervisão da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, situada no Brasil. Em 1846, o decreto nº 456 regulamentou o ensino no Brasil, e estabeleceu alguns requisitos, entre eles a aceitação de somente jovens maiores de quatorze anos, que eram selecionados através de exame admissional, o qual avaliava os conhecimentos em Gramática da Língua Nacional, Aritmética e a capacidade de traduzir a língua Francesa e Inglesa (BRASIL, 1846).

No Brasil Império, as associações religiosas e filantrópicas também foram as responsáveis pela formação de força de trabalho em várias regiões. No sudeste e sul, foram criados o Asilo Santa Leopoldina, fundado em 1854 em Niterói; o Asilo de Órfãos Desvalidas, criado em 1855 no município de Desterro, Santa Catarina; o Colégio de Santa Teresa e o Asilo Santa Leopoldina, ambos criados em 1857 no município de Porto Alegre. Na região nordeste é possível citar o Colégio dos Órfãos e um correlato feminino, o Colégio das Órfãos, criados no Recife em 1855; o Colégio dos Educandos Menores e o Asilo de Órfãos e desvalidas, fundada no ano de 1856, em Fortaleza; na região norte em Manaus: a Casa dos Educandos Artífices de Manaus, criada em 1856; a Casa das Educandas ou Colégio Nossa Senhora dos Remédios de 1856. O Governo imperial captava os menores desvalidos, para servirem a marinha e a guerra, através das Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros. Entre 1840 a 1856, dez governos provinciais criaram as Casas de Educando Artífices, baseados na aprendizagem militarizada (MANFREDI, 2002; GARCIA *et al.*, 2018).

Com ares de República, o Brasil passa por várias transformações, fim da escravidão, crescimento urbano e fortalecimento da industrialização, ocasionada pelo crescimento da economia do café. Nesse contexto, a educação profissional passou de assistencialista a responsável pelo fortalecimento dos setores da economia, e isso só seria efetivo com trabalhadores qualificados para uma profissão (CANDIDO e JUCÁ, 2019).

É com esse ideário e demanda, que o governo de Nilo Peçanha, presidente do Brasil, cria as Escolas de Aprendizes e Artífices através da Lei 7.566 de 23 de setembro de 1909, sediadas nas capitais dos estados da época. Nestas escolas a categoria pobre da sociedade

aprenderia o ensino profissional primário gratuito, aquele que habilitava para o trabalho (ARAÚJO e SÁ, 2015).

Entre os anos de 1937 a 1945, o Brasil foi chefiado por Getúlio Vargas. Esse período é nomeado Estado Novo e foi uma fase de regime autoritário, já que Vargas chega ao poder através de um golpe. O modelo de substituição das importações é instaurado, forçando desse modo, a capacitação da nova classe operária para atender à industrialização em massa (MANFREDI, 2002).

Na Constituição Federal de 1937, o Estado reconhece a oferta do ensino profissional. Contraditoriamente, o documento define que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade, para filhos de seus trabalhadores. Perceber-se que o Estado não ofertava diretamente esse ensino, facilitando a estas entidades auxílios e subsídios (BRASIL, 1937).

Com intuito de organizar o ensino de acordo com o ramo ao qual se destinavam, foram criadas uma série de leis orgânicas para o ensino Industrial, ensino Comercial e ensino Agrícola, organizando o ensino profissional por áreas (BRASIL, 2008).

O ensino profissional, pelas Leis Orgânicas, configurou nesse momento a separação dualista entre o ensino profissional e propedêutico, além de demonstrar a postura do Estado nacional ao conceder o controle exclusivo das entidades empresariais para a formação da mão de obra, tendo como exemplo, a criação do Sistema S (MANFREDI, 2002).

2.3 As Leis Orgânicas sobre Ensino

Desde o surgimento da nossa primeira constituição, em 1824, no período imperial, passando pela Primeira República (1889 a 1930), o objetivo era ofertar uma educação pública e abrangente, composta por escolas primárias, ginásios e universidades. Isso ocorreu de maneira limitada e não homogênea, levando em consideração os amplos e diferentes espaços e culturas entre os estados brasileiros. Houve uma ausência de integração entre as ações do Governo Central e a educação desenvolvida nos âmbitos locais. Esse sistema de educação ainda tinha muito a ser organizado. Os anos 30 trouxeram não só mudanças de ordem econômica e social, mas influenciaram a maneira que a Educação seria tratada (GHIRALDELLI, 2009).

Getúlio Vargas, atento a estas mudanças, estabeleceu como plano de Governo, no período provisório, a difusão intensiva do ensino público, dando ênfase ao ensino profissionalizante (técnico) de acordo com a demanda existente em cada localidade. Pela

primeira vez foi criado um ministério que trataria sobre a pauta educativa: Ministério de Educação e Saúde Pública, criado em 14 de novembro de 1930 (GHIRALDELLI, 2009).

A atividade comercial foi um dos pilares da educação desde a colônia, e, portanto, tem diversas mudanças em sua organização. Na vigência da República brasileira, em específico durante o Governo Provisório, no primeiro mandato de Getúlio Vargas (1930 a 1934), o ensino comercial foi o primeiro do ramo profissionalizante a ser organizado através de decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 em todo o território nacional. Este decreto, por entrar em vigência no período que Francisco Campos era ministro da Educação, ficou conhecido como uma das medidas da Reforma Campos (CINTRA, 2007).

As ações para estruturar o sistema educacional brasileiro, previam a educação como um “canal” rumo a uma sociedade baseada na ciência, democracia e modernização do país, contudo esse percurso não ocorreu de forma pacífica e/ou por vontade do Estado, mas por pressões da sociedade civil. Um dos exemplos desse cenário é a publicação do documento: “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: *a reconstrução educacional no Brasil*” de 1932. Intelectuais da época, entre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, requeriam uma educação igualitária e gratuita, bem como, a renovação dos currículos, metodologias e a necessária formação dos professores em nível superior (SANTOS *et al.*, 2006).

A aprovação da nossa 3ª constituição, em 16 de julho de 1934, garantiu, em seu texto, a educação como direito de todos (contemplando os estrangeiros). O ensino primário integral se torna obrigatório, e é contemplado com um orçamento para a educação de 10 % oriundos dos impostos, sendo obrigação da família e do poder público. Observa-se então a canalização de recursos públicos para entidades privadas através de auxílios, subsídios e incentivos. Isso demonstra um estímulo ao avanço do ensino privado em detrimento do ensino público. Nesse percurso também foi admitido o reconhecimento das escolas privadas desde que os professores fossem remunerados com salários adequados (GHIRALDELLI, 2009).

A partir do Estado Novo em 1937, todas as mudanças na tentativa de organização da educação foram definidas através da reforma Capanema, continuando após o fim desse período. A essas leis educacionais que organizavam o ensino em diferentes áreas específicas, sob pressão da necessidade do sistema produtivo que estava vigente, foram denominadas Leis Orgânicas do Ensino (FILHO, 2010). Essas leis foram sendo determinadas de forma limitada, separando e isolando cada nível de ensino (NETA *et al.*, 2018).

A primeira área a ser organizada foi a do Ensino Industrial, com Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942, sendo criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) com a tarefa de “*Organizar e administrar as Escolas de aprendizagem para os industriários*”

o órgão dirigente não era o Governo, e sim, a Confederação Nacional da Indústria, representante das indústrias. Isso deixa claro que primeiro foi construído um serviço de aprendizagem para os industriários tendo em vista a ausência, naquele momento, de mão de obra especializada. No final do decreto consta um prazo, até o dia 1 de abril de 1942, para que os estabelecimentos industriais, ligados a confederação nacional das indústrias, empenhassem uma contribuição mensal para o custeio e montagem das escolas (BRASIL, 1942).

Em seguida decreta-se a Lei^o 4.073, de 30 de janeiro 1942, Lei orgânica do Ensino Industrial, estruturando o ensino secundário, visando a preparação tanto dos trabalhadores da indústria como os das áreas das atividades artesanais, dos transportes, das comunicações e da pesca. Neste decreto percebe-se a preocupação do governo em responsabilizar as indústrias pelo ensino industrial. Depois o governo organizaria, já com uma boa parte da demanda diminuída, a oferta no ensino público (BRASIL, 1942a).

O Decreto-lei n^o 4.244 de 09/04/1942, lei orgânica do ensino secundário, dividiu este em dois ciclos: o “ginásial”, com duração de quatro anos, ensinando aos adolescentes os fundamentos básicos do ensino de segundo grau; e o segundo ciclo, denominado “colegial”, que abrangia dois tipos de cursos, ambos com três anos de duração: o “clássico” e “científico”. No “clássico” destacava-se o ensino das ciências humanas; e no “científico” era priorizado o ensino do conteúdo referente às ciências (BRASIL, 1942b).

No ano de 1943, o decreto-lei n^o 6.141, de 28 de dezembro de 1943, denominado a Lei orgânica do Ensino comercial, classificou a educação entre cursos de formação, continuação e aperfeiçoamento. Dentro dos cursos de formação encontram-se os cursos técnicos, divididos em curso de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. Os profissionais do comércio atuavam em instituições públicas e privadas do país (SILVA, 2019).

Portanto este decreto, editado durante o Estado Novo de Vargas, reestruturou o ensino comercial, modificando medidas da Reforma Campos (decreto n^o 20.158, de 30 de junho de 1931). O ensino comercial seria dado ao nível de ensino secundário, distribuídos em cursos de formação, de continuação e aperfeiçoamento. Os cursos de formação eram compostos por dois ciclos. O primeiro composto por único curso, denominado: curso comercial básico, com duração de quatro anos, com conhecimentos fundamentais acerca do comércio. O segundo ciclo compreendia cinco tipos de cursos de formação, com duração de três anos, que previam ensinar técnicas a determinadas funções especiais no ramo do comércio. No decreto estes receberam o nome de “cursos comerciais técnicos”: curso de comércio e propaganda; curso de

administração; curso de contabilidade; curso de estatística; e curso de secretariado (BRASIL, 1943).

Havia a previsão de cursos de continuação, chamados também de “Cursos práticos de comércio”, que seriam dados no primeiro ciclo, visando um caráter prático de formação e habilitação para não diplomados no ensino comercial. Já os cursos de aperfeiçoamento poderiam ser dados no primeiro e no segundo ciclo, e visavam a atualização de conhecimentos técnicos de profissionais diplomados (BRASIL, 1943).

Destaca-se também, no decreto, a classificação e nomenclaturas dos estabelecimentos de ensino comercial. Assim, os estabelecimentos que ofertavam curso básico comercial eram conhecidos como Escolas Comerciais, e as que ofertavam os cursos comerciais técnicos eram nomeadas Escolas Técnicas de Comércio. Ambas poderiam ministrar os cursos de continuação e aperfeiçoamento (BRASIL, 1943).

Em 1945, o governo ditatorial de Vargas chega ao fim. Durante o governo provisório de José Linhares, sob o comando do ministério da educação de Raul Leitão, novos decretos-leis de ensino continuaram a ser publicados. Mesmo que Gustavo Capanema não mais estivesse no cargo de ministro, por ter sido ele a iniciar essas reformas, a historiografia acabou por sintetizá-las na expressão ‘Reforma Capanema’, abrangendo todos os decretos-leis da década de 1940 (NETA *et al.*, 2018).

Em 1946 surge o decreto-lei nº 8.530 onde é instituída a lei orgânica do “ensino normal”. O ensino normal seria uma ramificação do ensino secundário, destinando à preparação dos professores para lecionar em escolas primárias e os funcionários administrativos desses estabelecimentos. Era organizado em dois ciclos, o primeiro ciclo chamado “cursos de regentes do ensino primário” e com duração de quatro anos. Estes cursos de formação de regentes eram dados a alunos de 1ª ciclo (correspondente ao atual 6º ao 9º ano, ensino fundamental II) e tinham o objetivo de formar os assistentes de sala de professores do ensino primário (atuais assistentes de professores do ensino fundamental I). O segundo ciclo foi denominado “curso de formação de professores primários”, com duração de três anos. Este curso formaria os professores para o ensino primário (atual ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano). A formação neste ciclo corresponde a formação colegial (se parece com a formação do atual ensino médio). Também abrangia cursos de especialização para professores primários e de habilitação para administração escolar (BRASIL, 1946b; CARVALHO e SANTOS, 2020).

Os dois ciclos poderiam ser articulados com as modalidades de ensino, no caso, o curso de regente de ensino primário; o curso de formação geral de professores primários, com

o curso ginásial. Este último, garantia, após a conclusão, a vaga no curso superior de filosofia, exceto em casos que os requisitos fossem outros no ato de matrícula. Entre os tipos de estabelecimentos, existiam, os de curso normal regionalizado, escolas normais e os institutos de educação (BRASIL, 1946b).

Este decreto foi a primeira lei geral dedicada ao ensino normal no Brasil. Foi determinante para que houvesse diminuições expressivas nas taxas de analfabetismo a partir de 1947, porém ainda manifestava o caráter dualista da educação, com cursos um com caráter propedêutico e outro técnico pedagógico (CARVALHO e SANTOS, 2020).

Com o decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, reestruturou-se o ensino agrícola, com objetivo específico de preparar, qualificar e aperfeiçoar os trabalhadores da agricultura. Os cursos deste ramo do ensino eram organizados em três categorias: curso de formação, cursos continuação e curso de aperfeiçoamento (BRASIL, 1946b).

Os cursos de formação possuíam dois ciclos. O primeiro ciclo era formado pelos “cursos de iniciação agrícola” seguido do curso de “mestria agrícola”, ambos com duração de dois anos. O segundo ciclo era formado por duas modalidades: os “cursos agrícolas técnicos”, com duração de três anos e os “cursos agrícolas pedagógicos”, com duração de dois a três anos. Os cursos agrícolas técnicos preparavam para o trabalho específico na agricultura. Eram compostos por curso de agricultura; curso de horticultura; curso de zootecnia; curso de práticas veterinárias; curso de indústrias agrícolas; curso de laticínios; e curso de mecânica agrícola. Os cursos agrícolas pedagógicos destinavam-se à preparação de professores para lecionar no ensino agrícola. Existiam os cursos de magistério de economia rural doméstica; didática de ensino agrícola; e administração de ensino agrícola. Havia também cursos de continuação denominados, “cursos práticos de agricultura”. Eles proporcionavam aos jovens e adultos, não diplomados na área agrícola, uma habilitação breve e sucinta neste ramo. Os cursos de aperfeiçoamento eram destinados aos concluintes do primeiro e segundo ciclo, proporcionando a contínua qualificação profissional destes (BRASIL, 1946b).

O decreto do ensino agrícola finda a série de leis orgânicas que estruturam o ensino primário, médio e profissional no Brasil. O interesse da elite parecia ser dominar a educação intelectual, restringindo e segregando as classes menos favorecidas à uma educação que preparava somente para o mercado de trabalho, limitando-os somente a esse nível de educação. O ensino profissional desta época não contemplava uma educação omnilateral (integral), nem tampouco propedêutica (acadêmica) que os habilitassem a cursar os níveis superiores. As leis orgânicas desempenhavam um papel que favorecia a manutenção das classes sociais neste período (REGERT e BAADE, 2018).

Em 1946 com um novo presidente, Eurico Gaspar Dutra, e uma nova constituição, conhecida pelo seu caráter liberal, a educação passa a ser dever dos poderes públicos. Essa decisão se estendeu a todos os ramos de ensino, sendo livre à iniciativa particular, estabelecendo a responsabilidade do Estado em legislar acerca de “diretrizes e bases da educação nacional”. Isso ocasionaria discussões e mudanças na educação durante toda década de 50, culminando com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961 (BRASIL, 1946a; REGERT e BAADE, 2018).

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza documental, com utilização de acervo público. A pesquisa documental “*é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas*” (LAKATOS e MARCONI, 2010).

Para a etapa de preparação, organização e análise das fontes utilizaremos, com intuito de historicizar a Escola Técnica de Comércio, foi desenvolvida uma abordagem de pesquisa qualitativa, baseado no paradigma indiciário, do Historiador Carlo Ginzburg, que consiste em verificar pistas, detalhes e indícios a fim de decifrar determinado evento ou realidade (GINZBURG, 2012).

3.1 Local da pesquisa

A pesquisa documental foi realizada no fundo de arquivos da Escola Estadual Prof. Gabriel de Almeida Café (localizada na Av. FAB, 3614, Bairro Central, Macapá, AP), e nos arquivos da Imprensa Oficial do Estado do Amapá (Av. FAB, 87, Bairro Central, Macapá, AP) e na Sala de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda (R. São José, 38 - Central, Macapá - AP).

3.2 Amostra

Foram fotografados 4.289 arquivos, somando todos os locais de pesquisa. Destes foram utilizados 2.123 arquivos, datados entre 1949 e 1961, na dissertação e no produto educacional.

3.3 Aspectos éticos

Por se tratar de pesquisa documental de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, seguindo as instruções normativas constantes na Resolução nº510, de 07 de abril de 2016 e Resolução nº446, de 12 de dezembro de 2012 (CEP, 2012; 2016).

3.4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu entre maio de 2021 e maio de 2022. Foram utilizados aparelhos celulares para realizar os registros fotográficos. O aplicativo *CamScanner* versão 6.17.0.2205230000 foi instalado para digitalização dos registros.

3.5 Compilação dos dados

Os dados documentais foram compilados em pastas de arquivo no programa *Windows*, da *Microsoft Corporation*. Posteriormente foram compilados e melhorados no programa *Word*, do pacote *Office*, também da *Microsoft Corporation*. Para a interpretação e análise qualitativa, utilizou-se pesquisa bibliográfica nas bases de dados disponíveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Criação do Território do Amapá e Educação

Em 1943 foi criado o Território Federal do Amapá, através do decreto-lei n. 5.812 de 13 de setembro. As criações dos territórios federais eram frutos de uma política centralizadora e intervencionista do Estado Brasileiro, preocupado em resguardar as regiões de fronteiras à posse do país, já que estas eram consideradas “estratégicas” em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2006).

Além da política de segurança nacional, a criação dos os territórios visavam sobretudo a exploração das riquezas naturais. A ideia também era desenvolver a região da Amazônia, tida como atrasada. Buscava responder aos objetivos do Governo de Getúlio Vargas, que era formar um país industrializado e moderno, a partir do trabalho. Para isso incentivava as forças produtivas e, principalmente, visava inserir a lógica capitalista dentro deste espaço (SILVA, 2007; LOBATO, 2014).

A região onde foi criado o território do Amapá, pertencia antes ao estado do Pará. Viveu, por muito tempo, desprezada e desprotegida, carente de todos os tipos de infraestruturas básicas (desde o período provincial até o período republicano). Mesmo com a criação do município de Montenegro (posteriormente, chamado de Amapá), em 1902, a tão sonhada valorização pela administração do Pará não ocorria. Essa região possuía uma economia bastante aquecida, graças a exploração do ouro e venda de pescado, peles e carne bovina para a Guiana Francesa. Com a instalação da base aérea do Amapá em 1941, o setor de serviços aqueceu o comércio local, proporcionando a expansão econômica e plural deste espaço (LOBATO, 2014).

Quando ocorreu a criação do território do Amapá o primeiro governador empossado foi Janary Gentil Nunes, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas. Ele governou o território entre os anos de 1944 e 1956, com períodos de intermitência para assumir cargos federais (COELHO, 2004).

Janary Nunes passa a desempenhar a tarefa de erguer um Território praticamente do zero. “Sanear, educar e povoar” foi a base da sua política governamental inspirada em Getúlio Vargas. Assim passaram a ser construídos todos os aparatos estruturais que um território federal necessitava como, por exemplo, a ampliação do número de escolas e ações ligadas à melhoria da saúde pública, que consistiam em um plano de trabalho para o desenvolvimento do ex-território e da nação. A população não tinha a mentalidade do trabalho como ferramenta

de desenvolvimento local e social. A lógica presente era a do trabalho como maneira de conseguir garantir a sobrevivência diária, sem planos de futuro (COELHO, 2004).

Para Nunes a educação era o meio de alcançar esta “nova população”. Dentro do plano educacional de governo a ideia era superar o analfabetismo da população onde a realidade era a existência de somente 7 escolas que atendiam a uma população de 25 mil pessoas. Estas escolas funcionavam na base da improvisação, em casas e barracos desgastados e cedidos, e formavam alunos até o 3º ano do primário, concentrando-se “uma no rio Pedreira, uma na cidade do Amapá, uma no povoado de tucumã, uma em São Miguel, uma na vila de Mazagão velho”, ou seja, elas se concentravam no interior, e somente duas em Macapá. (LOBATO, 2009).

Trabalhando em cima de metas educacionais estabelecidas por seu governo, Janary Nunes solicitou verbas ao governo Vargas, a quem interessava também, por motivos políticos, este projeto de educação. Dentro dessas metas estava a ampliação do número de escolas, a instalação do ensino primário, secundário e profissional, com preferência para formação de professores (AMAPÁ, 1946; LOBATO, 2014).

4.2 A Influência das Leis Orgânicas na educação no ex-território do Amapá

A Reforma Capanema, anteriormente citada, definiu através das leis orgânicas uma política educacional única para o país. No Amapá, essas leis tiveram um caráter não só de reorganização escolar, mas também fomentaram uma rede de ensino que funcionava precariamente, restringida a ofertar ensino primário incompleto (AMAPÁ, 1946; GHIRALDELLI, 2009).

Logo nos dois primeiros anos de trabalho, o governo deu prioridade em ofertar o ensino primário, ampliando o número de escolas, demonstrando preocupação em buscar solução para as altas taxas de analfabetismo no território do Amapá. Essa taxa era considerada não só um obstáculo para o território, mas também do Brasil (DIAS, 2014).

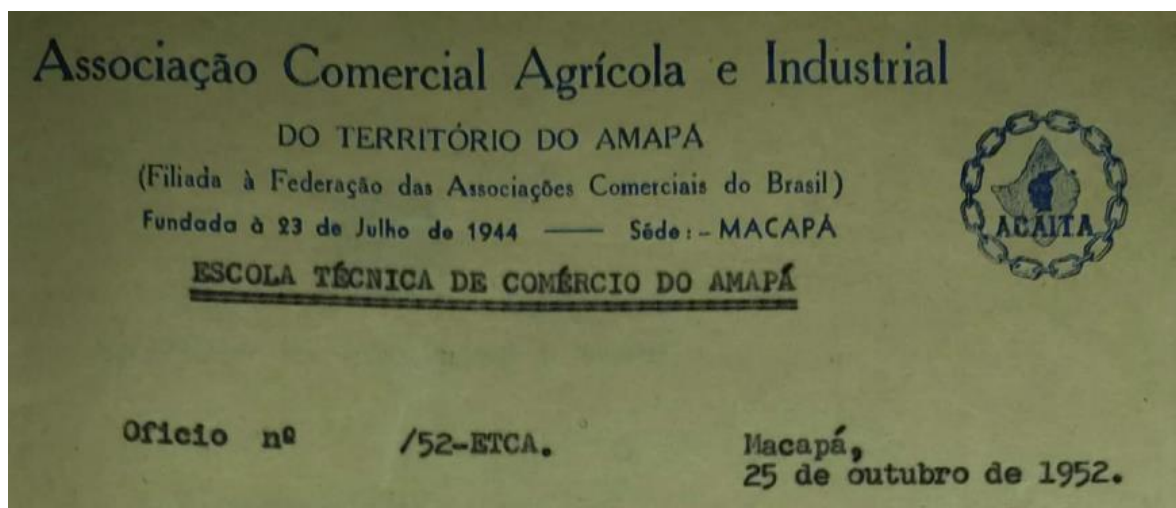
Entre o biênio 1944 e 1946 o projeto educacional do governo expandiu o número de escolas do território do Amapá em 250%. Ao final dos outros dois anos a expansão alcançava mais 63% em relação aos anos anteriores (DIAS, 2014). O ensino agrícola passou a ser ofertado e, nesta modalidade de ensino, em todo o estado, capital e interior, professores e técnicos deveriam ensinar aos alunos do primário o básico para cultivar hortas, que seriam utilizados na subsistência das próprias crianças (AMAPÁ, 1946).

Em 1947 foi iniciado o ensino secundário com o decreto n.49, de 25 de fevereiro. No Amapá ocorreu que, conforme a legislação vigente no país, a formação de jovens aconteceu no ginásio (primeiro ciclo, com fundamentos do segundo grau) e no colegial (segundo ciclo dividido entre clássico e científico). A lei federal obrigava as escolas a cumprirem todos os ciclos (BRASIL, 1942b; DIAS, 2014). Além do ensino secundário padrão com dois ciclos, em 1949 passou a ser discutida uma outra alternativa educacional, visando atender a educação profissional no recém criado território do Amapá. Trata-se da escola particular denominada Escola Técnica de Comércio do Amapá (AMAPÁ, 1946).

4.3 A Fundação da Escola Técnica de Comércio

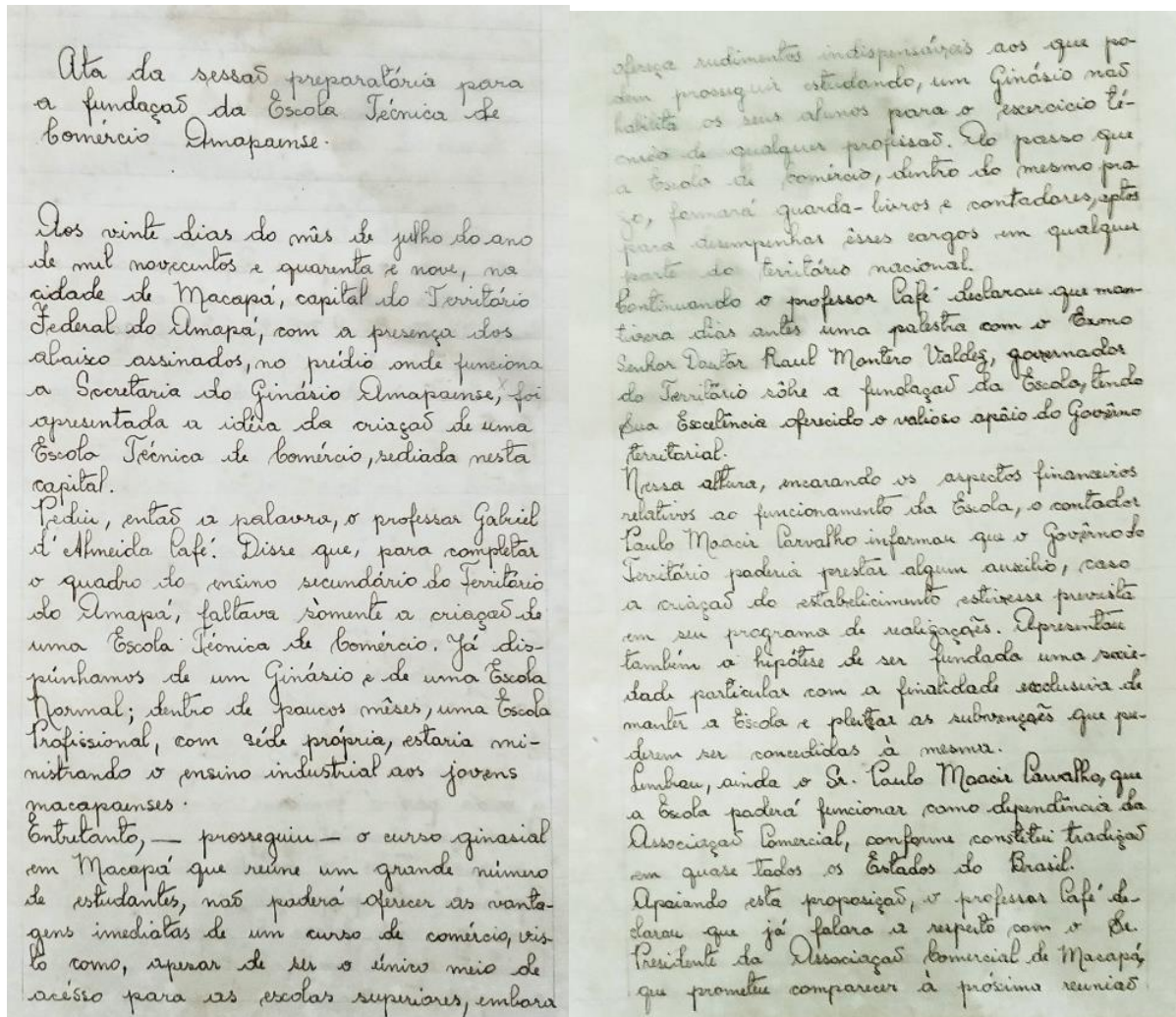
A Escola Técnica de Comércio do Amapá, foi fundada em 13 de setembro de 1949, fruto da articulação de professores, contadores e da Associação Comercial, Agrícola e Industrial do Território do Amapá (ACAITA) (Figura 1). Esta informação consta na “Ata de sessão preparatória para a fundação da Escola Técnica de Comércio Amapaense”, lavrada em 20 de julho de 1949 pela secretária Nazaria de Almeida Café (Figura 2).

Figura 1 - Ata mostra a filiação da Associação Comercial, Agrícola e Industrial do Território do Amapá (ACAITA) à Federação das Associações Comerciais do Brasil.



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Prof. Gabriel de Almeida Café, 2022.

Figura 2 - Ata que discute e implementa a fundação da Escola Técnica de Comércio Amapaense em 1949.

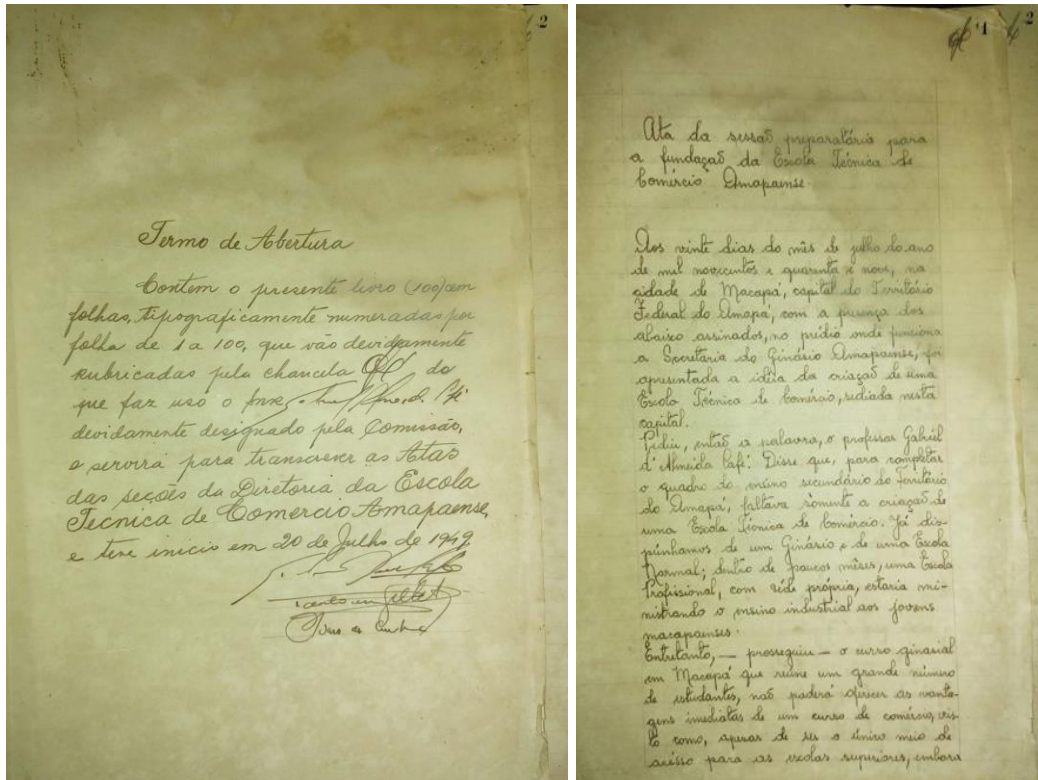


Fonte: Livro de Atas da ETCA, 1949.

O processo de fundação se iniciou a partir do ano de 1949, dado obtido através do Livro de atas das sessões preparatórias, encontradas no arquivo passivo da Escola Estadual professor Gabriel de Almeida Café (Figura 3).

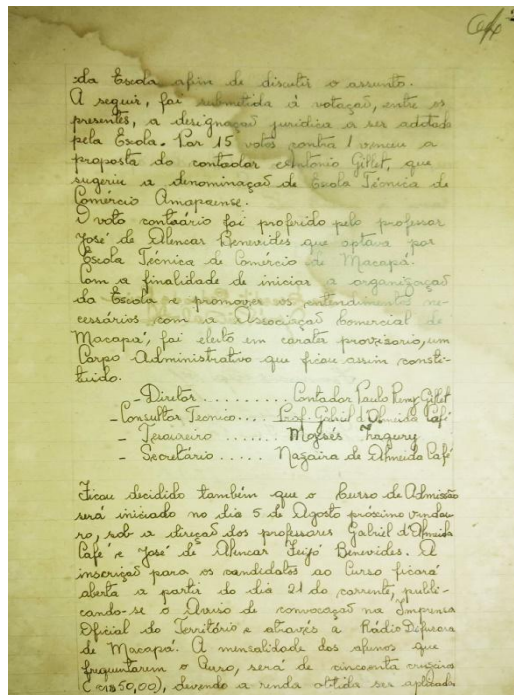
Conforme ata, o professor Gabriel de Almeida Café sugeriu que, “para completar o quadro do ensino secundário” seria necessária a criação de uma Escola Técnica de Comércio (Figura 3), demonstrando a necessidade e o anseio para a formação profissional e técnica no ramo comercial. Nesta situação foi formada um corpo administrativo para a tratativa, este era composto por: “Diretor: Contador Paulo Remy Gillet, Consultor técnico: Prof. Gabriel de Almeida Café, Tesoureiro: Moyses Zagury, Secretário: Nazaira de Almeida Café, eleitos para organizar a implantação da Escola Técnica de Comércio do Amapá (ETCA) (Figura 4).

Figura 3 - Ata das sessões preparatórias para a fundação em 1949.



Fonte: Livro de Atas da ETCA, 1949.

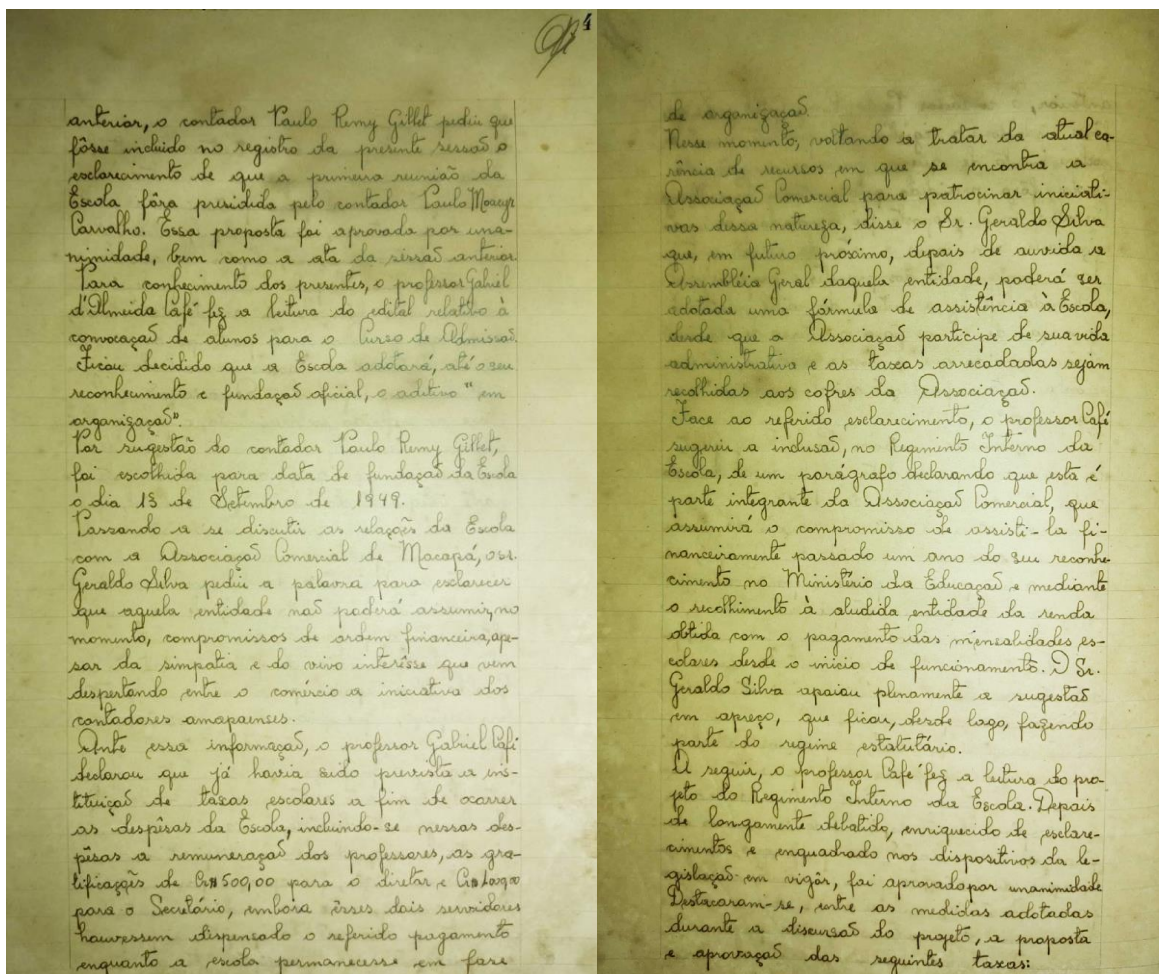
Figura 4 - Ata mostrando a eleição do corpo administrativo para iniciar a organização da implantação da ETCA.



Fonte: Livro de Atas da ETCA, 1949.

A ACAITA, com a participação do Sr. Geraldo Silva, presidente da associação, demonstrou interesse pela iniciativa, contudo declarou não terem como “assumir compromissos financeiros” naquele momento. O professor Gabriel de Almeida Café, sinalizou então que já existia a intenção de cobrar “taxas escolares” para o provimento das despesas de manutenção da escola, incluindo servidores. A associação por sua vez sugeriu então uma “*fórmula de assistência*”, desde que fizesse parte da administração escolar e que, entre as cláusulas desse apoio, constasse sua participação na vida administrativa desta, incluindo repasse do valor arrecadado com as taxas à associação. Deste modo a manutenção da escola ficaria, então, a cargo da ACAITA. Isso ocorreria um ano após o reconhecimento da escola pelo Ministério da Educação, sendo então inserido no primeiro regimento da ETCA (Figura 5).

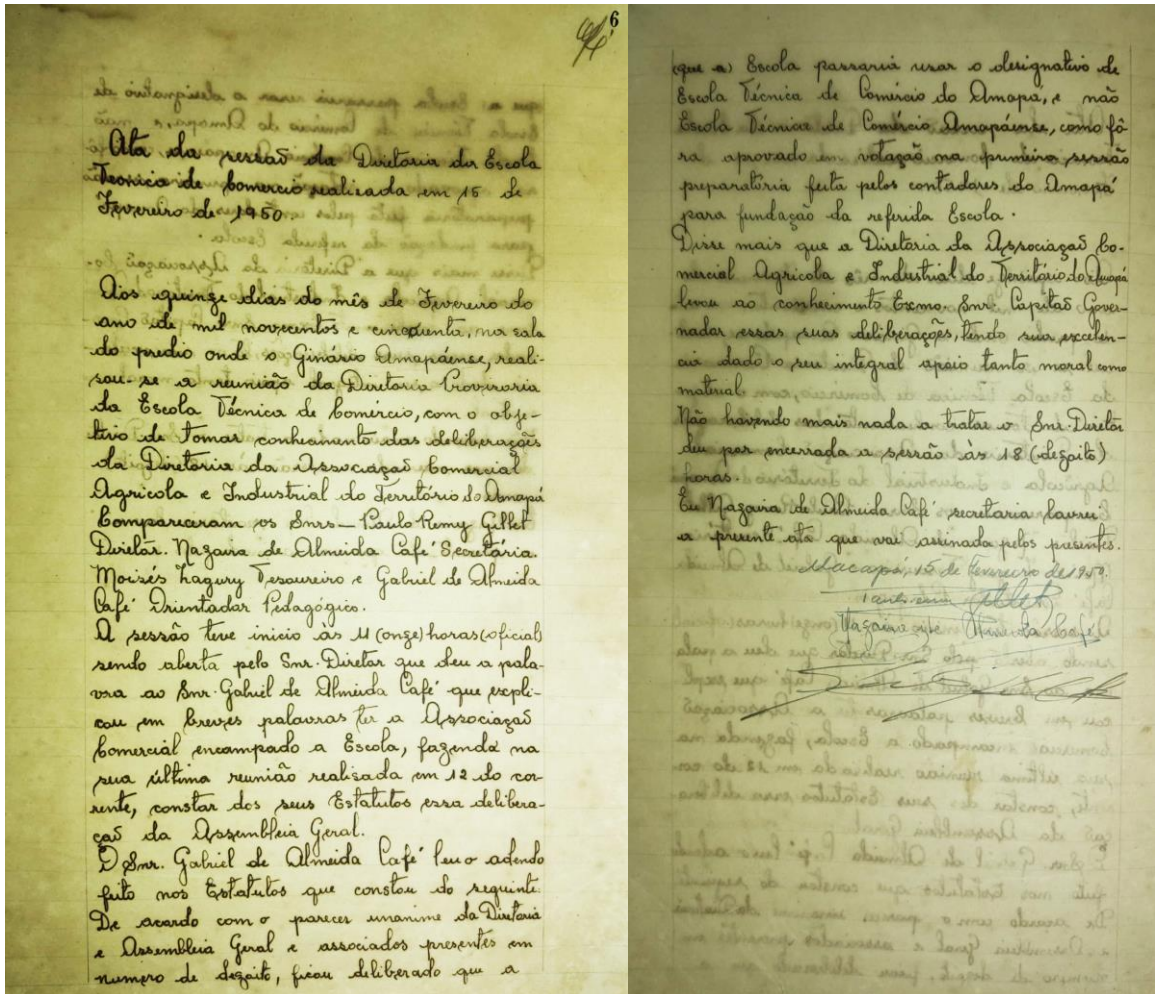
Figura 5 - Ata mostrando o comprometimento entre a ETCA e a ACAITA para manutenção da Escola Técnica.



Fonte: Jornal Amapá, 1949.

Posteriormente a Escola foi oficialmente encampada pelo ACAITA, incluindo-a em seus estatutos. Além disso, o nome foi definido como Escola Técnica de Comércio do Amapá, modificado em relação ao votado no ato da fundação. Todas as informações foram repassadas ao Governador do Amapá, Janary Gentil Nunes (Figura 6).

Figura 6 - Ata mostrando a data em que a ACAITA encampou a ETCA.



Fonte: Jornal Amapá, 1950.

Em relação às finanças da escola advindas das mensalidades pagas pelos alunos, 25% por cento corresponderia ao fundo do estabelecimento e 75% seriam divididos entre os professores. A responsabilidade desta divisão e distribuição era da ACAITA, sendo repassada então a ETCA (Figura 7).

Até o ano de 1949, o cenário educacional do território no nível secundário basicamente formava professores. Em fase de implementação havia a escola profissional que ofertaria ensino industrial à juventude, logo que seu prédio fosse concluído. Ocorre que o ensino ginásial conforme a legislação educacional vigente da época não habilitava o público

jovem para o exercício técnico. Conforme o relatório de governo de 1944 havia uma necessidade de técnicos de diversos ramos que desenvolvessem a produção e desenvolvimento econômico no território (AMAPÁ, 1946).

Figura 7 - Ata mostrando a porcentagem de distribuição de fundos arrecadados com as mensalidades.

1ª série do curso propedêutico	59,00
2ª série " " " "	79,00
3ª " " " "	80,00
4ª " " " "	90,00
1º ano do curso técnico	100,00
2º " " " "	110,00
3º " " " "	120,00

Da renda obtida com o pagamento das mensalidades acima, 25% serão considerados fundos do estabelecimento e 75% divididos entre os professores. Essa distribuição deverá ser feita pela Associação Comercial, depois de avisada a Diretoria da Escola.

As 17:40 horas, nada mais havendo a tratar, o professor Gabriel d'Almeida Lefe, presidente da Mesa, deu por encerrada a sessão.

Em Nazara de Almeida Lefe, secretária lavrou a presente ata que vai assinada por todos os presentes.

Macapá, 27 de julho de 1949
 Nazara de Almeida Lefe
 Paulo J. Souza e o. l.
 Paulo Melo de Souza
 Antônio C. M.
 João Francisco da Silva
 João Almeida de Almeida Lefe
 Carmineo de Almeida Lefe
 Paulo de Almeida Lefe
 Álvaro C. de Almeida Lefe
 João de Almeida Lefe

Fonte: Livro de Atas da ETCA, 1949.

Com a fundação do território do Amapá o extrativismo se tornou mais acentuado. Com o aumento da imigração houve também o aumento do número e da variedade de comércios. Casas que comercializavam carnes e tecidos, por exemplo, começaram a ser instaladas. Mesmo assim os itens não ofereciam a variedade esperada pela população, como por exemplo, jogos e brinquedos educativos. A capital, Macapá, mesmo com essa ausência de certos itens era considerada, em comparação a outras cidades do território, a cidade com maior poder aquisitivo, preços mais baixos e maior variedade. Neste ponto o “caboclo” (termo utilizado no relatório de governo) começa a conviver com a dinâmica do comércio, que provoca nele o hábito de consumo (AMAPÁ, 1946).

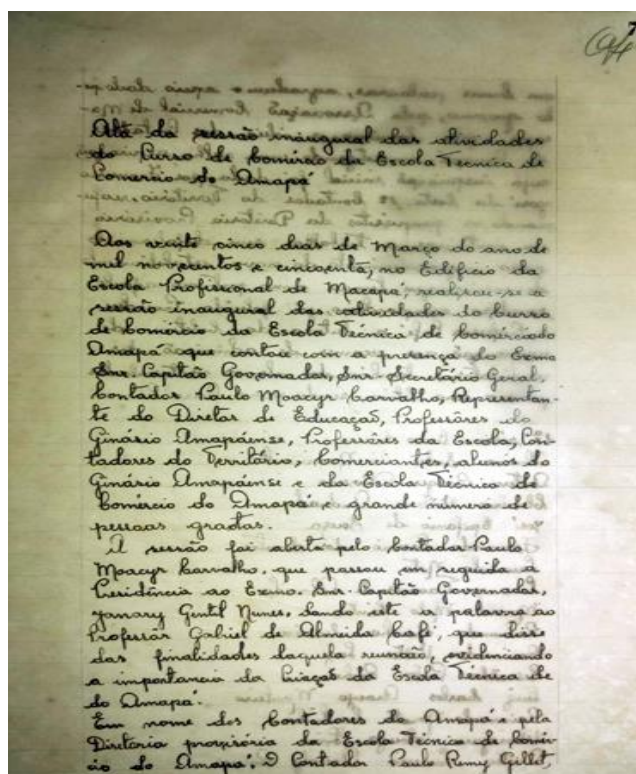
O desenvolvimento do comércio ocorreu junto com a transformação do homem extrativista, que conseguia trocar produtos usando o escambo em um indivíduo que passava a consumir. A quantidade e variedade de produtos aliado ao consumo expandiu a rede

comercial no território. Deste modo, novos tipos de postos de trabalho, especializados nesta área, foram surgindo. Isso requeria uma mão de obra também diferenciada e especializada (AMAPÁ, 1946).

Janary Nunes acreditava, como política de governo, que qualquer lugar é um local apropriado para incentivar o “caboclo” a se educar. Assim, praça de esportes, igrejas, locais de atendimento médico, e até lojas comerciais servem para este fim (AMAPÁ, 1946).

As suas atividades iniciaram em vinte cinco de março de 1950, tendo como espaço para funcionamento provisório as dependências da Escola Profissional de Macapá (Figura 8).

Figura 8 - Ata indicando que a aula inaugural foi realizada nas dependências da Escola Profissional de Macapá.



Fonte: Livro de Atas da ETCA, 1950.

Para ser aluno da escola era necessário realizar um exame ofertado anualmente, denominado “exame de admissão”, bem como os documentos necessários para tal e as taxas financeiras (Figura 9). Entre as possibilidades de formação estavam o “curso de comércio de nível básico” e o “curso técnico em contabilidade” (Figura 10).

Figura 9 - Nota publicada no Jornal Amapá no dia 18 de novembro de 1950, relativa ao exame de admissão da ETCA.

Escola Técnica de Comércio do Amapá
EDITAL DE EXAMES DE ADMISSÃO
 (Dezembro de 1950)

A Diretoria da Escola Técnica de Comércio do Amapá, leva ao conhecimento dos interessados que, a partir desta data, estão abertas na Secretaria do estabelecimento, das 8 às 12 horas, as inscrições aos exames de admissão da presente época, sendo indispensáveis os seguintes documentos:

- a) — Atestado de sanidade física e mental;
- b) — Atestado de imunização anti-variólica;
- c) — Atestado de idade mínima de 11 anos e máxima de 46, comprovado por certidão de idade;
- d) — Prova de conclusão do curso primário (5a. série) ou certidão emitida por professor registrado no Ministério de Educação e Saúde;
- e) — Recibo de pagamento da taxa de matrícula, no valor de Cr\$. . . . 50,00.

Para maiores esclarecimentos os interessados devem se dirigir à Secretaria da Escola, onde colherão dados completos sobre as demais exigências contidas na Portaria Ministerial N.º. 193.

Diretoria da Escola Técnica de Comércio do Amapá, em 16 de Novembro de 1950.

Nazaira de Almeida Café
 Secretária

Fonte: Jornal Amapá, 1950.

Figura 10 - Anúncio encontrado no Jornal Amapá do dia 09 de dezembro de 1950.

Escola Técnica de Comércio do Amapá
 mantida pela **Associação Comercial**

EXAMES DE ADMISSÃO:
 1a. quinzena de Dezembro de 1950 e
 2a. quinzena de Fevereiro de 1950.

MATRÍCULA AS DIVERSAS SÉRIES:
 15 a 28 de Fevereiro de 1951.
 Mantém os cursos: BÁSICO em 4 anos,
 TÉCNICO em 3 anos.

e cursos anexos de ESTENOGRAFIA — DATILOGRAFIA
 e MECANOGRAFIA.

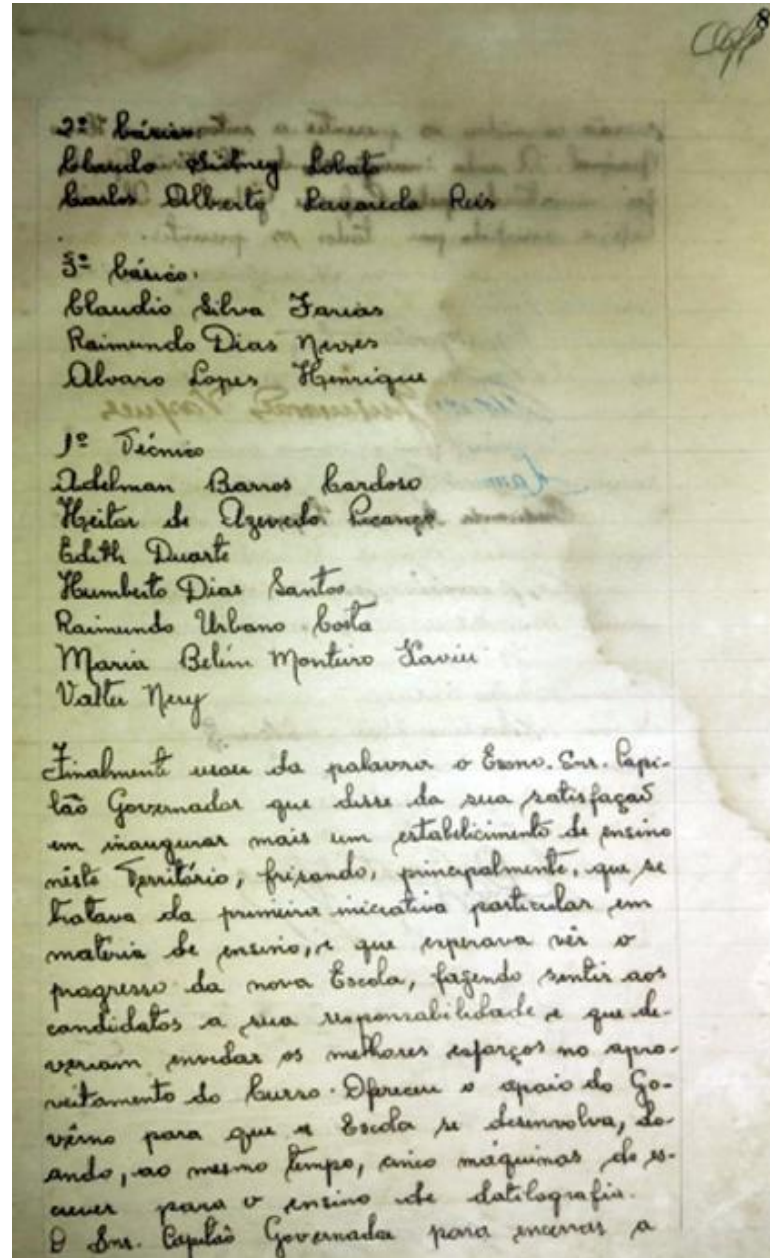
Para matrícula no 1º ano do Curso Técnico é necessário que o candidato apresente certificado de conclusão do Curso Ginasial ou Normal.

Informações detalhadas na Secretaria da Escola, das 17 às 20 horas, diariamente.

Fonte: Jornal Amapá, 1950.

Para auxiliar o ensino de datilografia foram doadas, pelo governo territorial, cinco máquinas de escrever (Figura 11).

Figura 11 - Ata que mostra a doação de cinco máquinas de escrever para a ETCA.



Fonte: Livro de atas da ETCA, 1950.

A edição do jornal Amapá, de 01 de abril de 1950, noticia juntamente com o início das aulas na ETCA, o apoio dado durante o processo de fundação e instalação pelo Governador Janary Nunes e pela ACAITA (Figura 12)

Figura 12 - Notícia na página do jornal Amapá sobre o início das aulas da ETCA.

A M A P Á
 ÓRGÃO DO GOVÉRNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Ano 6 | Macapá, 1 de Abril de 1950 | N. 264

Solenidade De Início Das Aulas Na Escola Técnica De Comércio Do Amapá

Realizou-se no dia 24 do corrente, às 21 horas, no edifício da Escola Profissional, a solenidade de início das aulas da "Escola Técnica de Comércio", estando presentes o Exm^o Sr. Capitão Janary Gentil Nunes, DD, governador do Território; o sr. secretário geral, corpo docente do Ginásio Amapaense; diretores da Escola Normal; diretor do Ginásio Amapaense; presidente da Associação Comercial, várias autoridades, alunos do estabelecimento e do Ginásio Amapaense etc.

A solenidade foi presidida pelo Exm^o Sr. Governador, tendo tomado parte na mesma dirigente dos trabalhos o Contador Paulo Mouchir de Carvalho — Fiscal Federal da Escola, Diretores dos vários estabelecimentos do ensino normal, ginasial e profissional e seus professores, bem como a diretoria da Associação Comercial.

Falaram no ato o Professor Gabriel de Almeida Café, em nome da diretoria da Escola, exaltando o idealismo de um punhado de jovens que tinha conseguido concretizar um tão nobre ideal. Referiu-se ao propósito de continuarem a mesma senda, caminhando para o maior progresso do Território. Disse do auxílio do exm^o sr. Capitão Janary Gentil Nunes e do seu apoio incondicional, o que abriu as portas do êxito ao referido empreendimento.

Seguindo-se, falaram o diretor da Escola, contador Paulo Remy Gillet, e o presidente da Associação Comercial, sr. Alvaro Vasques.

Foram lidas as relações de alunos aprovados nos exames de admissão e de alunos matriculados no referido estabelecimento de ensino comercial.

Ao findar o sr. governador pronunciou vibrante improviso, reitorando o seu apoio e fazendo valiosíssimas ofertas à Escola, a fim de possibilitar o seu melhor funcionamento.

O Prof. Gabriel de Almeida Café, proferindo a aula inicial, referiu-se à maneira de estudar a História da Humanidade e como interpretar cada fato histórico, após o que foi encerrada a brilhante solenidade.

Está assim constituído o corpo dirigente da ETCA:

Fiscal Federal: Contador Paulo Mouchir de Carvalho.

Diretoria Provisória:

Diretor: Contador Paulo Remy Gillet.

Orientador Pedagógico: Professor Gabriel de Almeida Café.

Secretário: Contadora Nazaire de Almeida Café.

Tesoureiro: Contador Moisés Zaguri.

A Escola mantém dois Cursos, um Básico e um Técnico, estando matriculados na mesma 33 alunos. Funciona em dois turnos: de tarde e de noite.

A Escola dispõe, ainda, de uma sala especializada para estudo de dactilografia e mecanografia, com máquinas ofertadas pelo senhor Governador do Território.

DURANTE a sessão solene de instalação da Escola Técnica de Comércio de Macapá, realizada dia 24 do andante, o presidente da Diretoria provisória, sr. Paulo Gillet, proferiu as seguintes palavras:

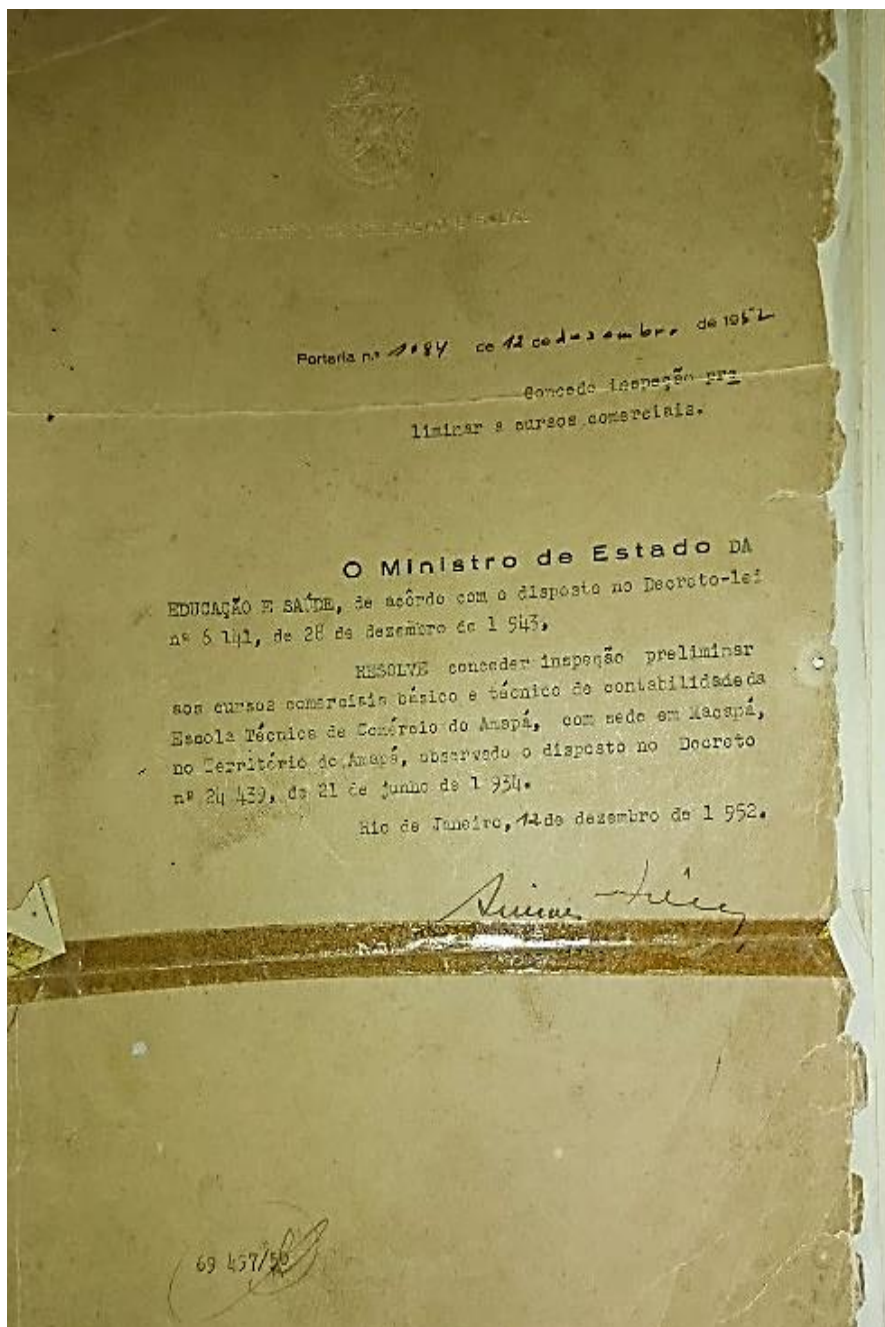
«Uma velha aspiração dos contadores públicos deste Território vimos de concretizar com esta sessão inicial do curso de comércio, e que representa uma parcela de esforço, persistência, boa vontade e colaboração. O primeiro idealista na organização de uma Escola Técnica de Comércio em Macapá, foi Francisco José da Cruz, também primeiro contador neste Território e que infelizmente

Fonte: Jornal Amapá, 1950.

A matéria jornalística mostra também os cursos ofertados, os membros da diretoria da escola, e uma sala especializada para estudos de datilografia e mecanografia, compostas pelas máquinas doadas pelo governo territorial (Figura 12).

Em portaria datada de 1952 a inspeção preliminar dos cursos ofertados foi concedida à ETCA pelo Ministério da Educação e Saúde. Isso validou o seu funcionamento e também a possibilidade de certificação dos alunos (Figura 13).

Figura 13 - Portaria que concede inspeção preliminar dos cursos ofertados pela ETCA.



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Prof. Gabriel de Almeida Café, 2022.

4.4 A Escola Técnica de Comércio e a Ept

A Escola Técnica de Comércio tinha como objetivo qualificar jovens para atender o cenário comercial emergente no território, formando inicialmente “guarda livros” e “contadores” (Figura 2), ainda que depois as nomenclaturas oficiais dos cursos da escola fossem modificadas.

Ainda que as atividades fossem realizadas em um prédio público (a Escola Profissional de Macapá), com doação de equipamento também comprado com dinheiro público, a escola era considerada particular. O Governo Brasileiro tinha esta mesma política para a implantação do ensino técnico em todos os estados e territórios federais. A mesma situação, por exemplo, ocorreu na região Nordeste com a implantação da Escola União Caixeiral, no município de Mossoró no Rio Grande do Norte (BANDEIRA, 2015).

Através dos livros de fichas individuais dos alunos encontrados no acervo da escola, pode ser ter conhecimento dos cursos ofertados no período aqui abordado. A escola ofertou, de 1950 a 1961, os cursos Comercial Básico, de quatro anos, e o Curso de Técnico em Contabilidade, em três anos.

No curso comercial básico, de 1950 a 1961, segundo o acervo pesquisado na Escola Professor Gabriel de Almeida Café em Macapá, as disciplinas estavam distribuídas segundo o quadro 1.

Quadro 1 - Mostra as disciplinas ofertadas, de maneira geral, no Curso Comercial Básico da ETCA entre 1950 e 1961, de acordo com os documentos encontrados em acervo.

CURSO COMERCIAL BÁSICO		
SÉRIES	ANOS	DISCIPLINAS
1ª SÉRIE	1950 a 1961	Cultura Geral (Português, Francês, Matemática, História Geral e Geografia Geral) e Cultura Técnica (Desenho)
	a partir de 1958	Cultura Técnica (Caligrafia)
2ª SÉRIE	1951 a 1961	Cultura Geral (Português, Francês, Matemática, História Geral e Geografia Geral) e Cultura Técnica (Caligrafia)
	a partir de 1958	Disciplina Noções de Comércio
3ª SÉRIE	1953 a 1961	Cultura Geral (Português, Francês, Matemática, História Geral e Geografia Geral) e Cultura Técnica (Datilografia)
4ª SÉRIE	1952 a 1961	Cultura Geral (Português, Francês, Matemática, Ciências) e Cultura Técnica (Estenografia e Prática de escritório)
	a partir de 1958	Disciplina Prática de Comércio

Fonte: Elaboração própria, 2022.

As figuras 14 a 17 mostram fichas individuais dos alunos do curso básico da ETCA, onde é possível ver as disciplinas ligadas ao ensino técnico, descritas no quadro 1.

Figura 14 - Ficha de aluno da 1ª série do Curso Comercial Básico em 1950.

ALUNO: <i>Augusto Soares de Almeida</i>		NACIONALIDADE: <i>Brasileira</i>		1950	
FILIAÇÃO: <i>Quintino Justo de Almeida e de Maria Soares de Almeida</i>		INGRESSOU NA ESCOLA EM: <i>1950</i>		TURNO	
DATA DO NASCIMENTO: <i>17 de Novembro de 1930</i>		1ª SÉRIE DO CURSO: <i>Comercial Básico</i>		TURNO	
RESIDÊNCIA:		SOB. Q. N.º:			

DISCIPLINAS	NOTAS DE EXERCÍCIOS MENSIAIS						Média Mensal	Média Semestral	Média Anual	Média Geral	Média Final	Média Geral	Média Final	Média Geral	Média Final		
	1	2	3	4	5	6											
<i>Português</i>	8	9	7	8	7	8	47	78	156	5	10	6	18	6	18	616	63
<i>Francês</i>	6	8	6	8	8	6	44	73	146	6	12	6	18	10	30	761	76
<i>Matemática</i>	7	5	7	6	7	6	43	71	14	8	17	7	21	8	24	764	76
<i>História Geral</i>	8	6	7	6	8	9	46	77	154	7	14	7	21	8	24	744	74
<i>Geografia Geral</i>	6	8	7	9	9	8	47	78	156	5	11	7	21	7	21	686	69
<i>Desenho</i>	10	8	5	10	8	10	66	94	188	7	15	8	23	10	30	893	89

DISCIPLINAS:

1. - DE CULTURA GERAL = *71*

2. - DE CULTURA TÉCNICA = *89*

NOTA GLOBAL

CONFERE, EM

VISTO

Fonte: Livro de Fichas Individuais da ETCA, 1950.

Figura 15 - Ficha de aluno da 2ª série do Curso Comercial Básico em 1951.

ALUNO: <i>Augusto Soares de Almeida</i>		NACIONALIDADE: <i>Brasileira</i>		1951	
FILIAÇÃO: <i>Quintino Justo de Almeida e de Maria Soares de Almeida</i>		INGRESSOU NA ESCOLA EM: <i>1951</i>		TURNO	
DATA DO NASCIMENTO: <i>17 de Novembro de 1930</i>		2ª SÉRIE DO CURSO: <i>Comercial Básico</i>		TURNO	
RESIDÊNCIA: <i>Rua São João 514</i>		SOB. Q. N.º:			

DISCIPLINAS	NOTAS DE EXERCÍCIOS MENSIAIS						Média Mensal	Média Semestral	Média Anual	Média Geral	Média Final	Média Geral	Média Final	Média Geral	Média Final		
	1	2	3	4	5	6											
<i>Português</i>	9	9	9	8	8	9	82	87	174	7	14	8	24	8	24	794	79
<i>Francês</i>	7	6	7	6	8	9	53	59	113	7	14	8	24	9	24	681	68
<i>Matemática</i>	8	7	9	7	8	9	46	71	146	7	14	8	24	8	24	786	78
<i>História Geral</i>	8	6	7	8	9	9	41	61	126	9	18	6	18	10	30	796	79
<i>Geografia Geral</i>	8	7	9	8	8	7	41	61	126	9	18	8	24	8	24	801	80
<i>Desenho</i>	10	8	6	9	9	10	61	85	17	8	16	8	24	9	27	84	84
<i>Português</i>	7	6	6	7	7	4	35	63	124	4	9	6	18	8	24	681	68

DISCIPLINAS:

1. - DE CULTURA GERAL = *78*

2. - DE CULTURA TÉCNICA = *68*

NOTA GLOBAL

CONFERE, EM

VISTO

Fonte: Livro de Fichas Individuais da ETCA, 1951.

Figura 16 - Ficha de aluno da 3ª série do Curso Comercial Básico em 1955.

ALUNO: *Adélia Joffara* NATURALIDADE: *Barra Mansa - RJ*
 FILIAÇÃO: *Francisco de Araújo Joffara e Teaura Roberto Joffara* TURNO: *noturno*
 DATA DO NASCIMENTO: *1 de maio de 1933* INGRESSOU NA ESCOLA EM: _____ TURMA: _____
 RESIDÊNCIA: *Av. Pedro Baitão s/n* SÉRIE DO CURSO: *Comercial Básico* SOB. O. N.º _____

DISCIPLINAS	NOTAS DE EXERCÍCIO MENSAIS							Média de Exercícios	Média de Provas (C)	L. O. P. (C)	N.º de Provas (C)	N.º de Provas (E)	L.º Epoca (C)	L.º Epoca (E)	Média Final	2.ª Época				Média Final			
	3	4	5	8	8	10	3000									P. 1	P. 2	P. 3	P. 4				
<i>Português</i>	5	8	7	4	5	5	34	6,6	11,2	8,0	7	4,5	13,5	7	21	52,7	52						
<i>Francês</i>	0	0	2	6,5	6,5	2	20	3,3	6,6	4	8	0,5	0	6	19	32,6	32	5	15	5	15	44,6	44
<i>Maté</i>	10	10	8	9,5	10	10	51,5	9,5	19	8,8	17	7,5	22,5	9	27	85,5	85						
<i>Matemática</i>	9,5	9,5	2	5,5	5,5	3	17	3,8	5,6	4	8	9	2,7	8	24	64,6	64						
<i>Hist. Brasil</i>	5	8	7	4	4	6	34	5,6	11,2	7	14	5	15	7,5	22,5	62,7	62						
<i>Geog. do Brasil</i>	1	5,5	4,5	5	6	6	28	4,6	9,2	4	8	6	18	3	9	44,2	44						
<i>Dactilografia</i>	4	5,5	4,5	5	5	6	30	5	10	6,5	13	4	12	5,5	16,5	51,5	51						

CONFERE, EM *13, 12, 50*
 DISCIPLINAS: _____
 NOTA GLOBAL: 1 - DE CULTURA GERAL = *5,7* VISTO _____
 2 - DE CULTURA TÉCNICA = _____ (INSPECTOR DA D. E. C.)

Fonte: Livro de Fichas Individuais da ETCA, 1955.

Figura 17 - Ficha de aluno da 4ª série do Curso Comercial Básico em 1957.

ALUNO: *Maria da Silva Dias* NATURALIDADE: *Barra Mansa - RJ*
 FILIAÇÃO: *Milton da Costa Dias e Maria da Conceição da Silva Camargo* TURNO: _____
 DATA DO NASCIMENTO: *14 de abril de 1937* INGRESSOU NA ESCOLA EM: _____ TURMA: _____
 RESIDÊNCIA: _____ SÉRIE DO CURSO: *Comercial* SOB. O. N.º _____

DISCIPLINAS	NOTAS DE EXERCÍCIO MENSAIS							Média de Exercícios	Média de Provas (C)	L. O. P. (C)	N.º de Provas (C)	N.º de Provas (E)	L.º Epoca (C)	L.º Epoca (E)	Média Final	2.ª Época				Média Final			
	3	4	5	8	8	10	3000									P. 1	P. 2	P. 3	P. 4				
<i>Português</i>	5	9	9	3	3,5	5	38	6,3	12,6	2,5	10	11	11,5	6	18	51,0	51						
<i>Maté</i>	9	10	10	10	9	10	58	9,4	18,8	2,1	11	9,5	28,5	7	21	82,0	82						
<i>Matemática</i>	5	8	8	3,5	6	6	34,5	5,8	11,6	4	8	6	18	3	9	56,0	56						
<i>Comércio</i>	10	10	10	9	7	7	59	9,8	19,6	10	10	9	27	7	21	86,0	86						
<i>Dactilografia</i>	4,5	4,5	6	5	4,5	5,5	32	5,3	10,6	6	12	5	15	7	21	59,0	59						
<i>Francês</i>	0,5	0,5	0	0,5	1	2	4,5	1,0	2,0	5	10	4	12	5,5	16,5	40,9	40						
<i>Política</i>	8	6,5	6,5	8	8	7,5	44,5	7,3	14,6	8	16	3,5	10,5	7	21	69,0	69						
<i>Geometria</i>	10	10	10	9	9	10	58	9,6	19,2	2	10	7	21	10	30	86,0	86						

CONFERE, EM *1/ 1*
 DISCIPLINAS: _____
 NOTA GLOBAL: 1 - DE CULTURA GERAL = *4,1* VISTO _____
 2 - DE CULTURA TÉCNICA = *6,3* (INSPECTOR DA D. E. C.)

Fonte: Livro de Fichas Individuais da ETCA, 1957.

Toda a matriz curricular da Escola baseava-se no decreto 14.373 de 28 de dezembro de 1943. Porém aconteceram, com o passar do tempo, adaptações curriculares. Em 1960 a disciplina de Francês ofertada para as alunas do curso comercial básico foi substituída pela

No curso técnico em contabilidade, de 1950 a 1961, segundo o encontrado no acervo pesquisado na Escola Professor Gabriel de Almeida Café em Macapá, as disciplinas estavam distribuídas segundo o quadro 2.

Quadro 2 - Mostra as disciplinas ofertadas, de maneira geral, no Curso Técnico em Contabilidade da ETCA entre 1950 e 1961, de acordo com os documentos encontrados em acervo.

CURSO TECNICO EM CONTABILIDADE		
SÉRIES	ANOS	DISCIPLINAS
1ª SÉRIE	1950 a 1959	Cultura Geral (Português, Inglês, Matemática) e Cultura Técnica (Contabilidade Geral, Elementos de Economia, e Mecanografia)
	1950 e 1951	Cultura Geral (Física e Química)
	a partir de 1953	Cultura Geral (Física-Química)
2ª SÉRIE	1952 a 1960	Cultura Geral (Português, Inglês, Matemática, e Biologia) e Cultura Técnica (Contabilidade Comercial, Merceologia, Organização e Técnica Comercial, e Prática Jurídica)
3ª SÉRIE	1953 a 1961	Cultura Geral (Português, Geografia Humana, e História da Administração) e Cultura Técnica (Contabilidade Bancária, Contabilidade Industrial, Contabilidade Pública, Elementos de Estatística, e Prática Jurídica)

Fonte: Elaboração própria, 2022.

As figuras 19 a 21 mostram as fichas individuais dos alunos do curso técnico em contabilidade da ETCA.

Figura 19 - Ficha de aluno da 1ª série do Curso Técnico em Contabilidade em 1950.

ALUNO: Adelyane Barros Cardoso		NATURALIDADE: Paraense																						
FILIAÇÃO: Samuel Rodrigues Cardoso e de Maria Barros Cardoso		TURNO																						
DATA DO NASCIMENTO: 3 de fevereiro de 1927		INGRESSOU NA ESCOLA EM: 1950																						
RESIDÊNCIA:		1ª SÉRIE DO CURSO: Técnico de Contabilidade																						
		SOB. O. N.º																						
DISCIPLINAS	NOTAS DE EXERCÍCIO MENSAIS										Média de Sem. (1)	M.º de Pontos (2)	1.ª Época P. P.	M.º de Pontos (3)	1.ª Época P. P.	Soma dos Pontos	Nota Final	2.ª Época			Soma dos Pontos	Nota Final		
	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12								P. P.	P. Q.	P. P.				
CULTURA GERAL	Português	9	9	9	9	9	10	8,5	9,2	18,4	6	13	8	24	9	27	81,4	8,1						
	Inglês	7,5	7,5	8	8,5	6	7,5	4,8	7,5	18	7,5	15	9	27	10	30	87	8,7						
	Matemática	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	19	9,5	6	7	21	6,6	19,8	65,8	6,6						
	Física	9,5	8	8	6,5	6,5	6,5	4,5	7,5	15	9	18	7,5	22,5	5,5	16,5	72	7,2						
	Química	8,5	6	6	5	5	6	3,5	6,1	19,2	9,0	18	7,5	22,5	5,5	16,5	69,2	6,9						
CULTURA TÉCNICA	Micrografia	6	6	5	5,5	7	6	5,5	6,1	12,2	10	20	9,3	27,9	9,3	27,9	88,6	8,9						
	Cont. Geral	8,5	6,5	6,5	5	6,5	6	3,9	6,5	15	8,5	17	4,5	13,5	6,6	19,8	63,3	6,3						
	Blue Book	9	8	10	0	0	0	2,7	4,5	9	9,0	18	4,5	13,5	7	21	61,5	6,2						
DISCIPLINAS:		CONFERE, EM																						
NOTA GLOBAL		1. - DE CULTURA GERAL = 7,5 2. - DE CULTURA TÉCNICA = 7,1																						
		VISTO: <i>[Assinatura]</i> (INSPECTOR DA D. E. C.)																						

Fonte: Livro de Fichas Individuais da ETCA, 1960.

Figura 20 - Ficha de aluno da 2ª série do Curso Técnico em Contabilidade em 1952.

ALUNO: Maria de Belém Monteiro Xavier		NATURALIDADE: Paraense																					
FILIAÇÃO: José Aquino Xavier e de Edith Monteiro Xavier		TURNO																					
DATA DO NASCIMENTO: 9 de Abril de 1934		INGRESSOU NA ESCOLA EM: 1952 (1952)																					
RESIDÊNCIA: Av. Lourenço Faria s/n		2ª SÉRIE DO CURSO: Técnico de Contabilidade																					
		SOB. O. N.º																					
DISCIPLINAS	NOTAS DE EXERCÍCIO MENSAIS										Média de Sem. (1)	M.º de Pontos (2)	1.ª Época P. P.	M.º de Pontos (3)	1.ª Época P. P.	Soma dos Pontos	Nota Final	2.ª Época			Soma dos Pontos	Nota Final	
	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12								P. P.	P. Q.	P. P.			
CULTURA GERAL	Português	8	9	8	9	9	8	5,1	8,8	17	10	20	8	24	9	27	88	8,8					
	Inglês	9	8	8	7,5	7	7	4,6	7,8	15,6	9	16	9	27	9,6	28,8	87,1	8,7					
	Matemática	3	7,5	5	3	6	6	3,0	5,1	10,2	5	14	6,5	19,5	9	27	70,7	7,1					
	Biologia	5,5	4	5	8,5	5	8,5	3,5	5,8	11,6	7,5	15	5,5	16,5	8	24	67,1	6,7					
CULTURA TÉCNICA	Cont. Geral	6	7,5	6	7	9	7,5	4,5	7,2	14,4	6	12	6	18	8,5	25,5	69,9	7					
	Micrografia	8	9	9	5	6	6	4,3	7,2	14,4	8	16	7	21	8	24	78,4	7,8					
	Blue Book	5	5,5	5,5	5	7	6	4,0	6,7	13,4	7	14	7	21	7	21	69,4	6,9					
	Mat. Financeira	8	8	8	8	8	9	4,9	8,2	16,4	9	18	6	18	8	24	76,4	7,6					
DISCIPLINAS:		CONFERE, EM																					
NOTA GLOBAL		1. - DE CULTURA GERAL = 7,5 2. - DE CULTURA TÉCNICA = 7,1																					
		VISTO: <i>[Assinatura]</i> (INSPECTOR DA D. E. C.)																					

Fonte: Livro de Fichas Individuais da ETCA, 1952.

Figura 21- Ficha de aluno da 3ª série do Curso Técnico em Contabilidade em 1953.

ALUNO: Adelino Barros Cardoso		NATURALIDADE: Paraná																							
FILIAÇÃO: Samuel Rodrigues Cardoso e de Maria Barros Cardoso		TURNO:																							
DATA DO NASCIMENTO: 3 de fevereiro de 1927		INGRESSOU NA ESCOLA EM: 1952																							
RESIDÊNCIA:		TURMA:																							
		3ª SÉRIE DO CURSO: Técnico em Contabilidade																							
		SOB. O. N.º:																							
DISCIPLINAS	NOTAS DE EXERCÍCIO MENSAIS										Média da Exerce	N.º de Pontos (2)	C.º P.º	N.º de Pontos (3)	P.º	N.º de Pontos (4)	1.ª Exerce	N.º de Pontos (5)	Soma dos Pontos	Nota Final	2.ª Exerce			Soma dos Pontos	Nota Final
	3	4	5	6	7	8	9	10	SOMA	P.º											P.º	P.º	P.º		
CULTURA GERAL	Português	7	8	10	10	10	10	55	9.2	18.4	9	18	9.7	29.1	10	30	9.55	9.6							
	Geog. Humana	8	7	8.5	7.5	7	7	45	7.5	15	5.5	11	9	2.7	8	24	7.7	7.7							
	Hist. Administ.	4	4	7	7	8	7	37	6.2	12.4	5.5	11	5.5	16.5	5.5	16.5	5.64	5.6							
CULTURA TÉCNICA	Cont. Bancaria	7	7	0	8	8	9	36	6	12	4	8	4.5	10.5	8	24	5.75	5.8							
	Industrial	8.5	0	8.5	9	8	8	42	7	14	6	12	7	21	8	24	7.1	7.1							
	Letras	6	6	6	6	8	8	40	6.7	15.4	6	12	5	15	8	24	6.44	6.4							
	Plan. Estatística	8	4	5	3	5	6	26	4.3	8.6	6	12	5	15	5	15	5.06	5.1							
Letras Jurídicas	10	10	8	10	10	10	58	9.7	19.4	8	16	6	18	6	18	7.14	7.1								
DISCIPLINAS:																									
NOTA GLOBAL	1. - DE CULTURA GERAL = 7.6																								
	2. - DE CULTURA TÉCNICA = 6.3																								
		CONFERE, EM																							
		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>SECRETARIA</p> <p>_____ (SECRETARIA)</p> </div> <div> <p>VISTO</p> <p>_____ (INSPECTOR DA D. E. C.)</p> </div> </div>																							

Fonte: Livro de Fichas Individuais da ETCA, 1953.

A lei 42.671 de 20 de novembro de 1957 modificou o curso básico comercial, entretanto não afetou os cursos técnicos, que continuaram sendo regido pelo decreto 14.373 de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943a; 1957).

O decreto 14.373 de 28 de dezembro de 1943, regulamentava a estrutura dos cursos de segundo ciclo do ensino comercial, divididos em cinco diferentes cursos técnicos: Curso de comércio e propaganda, curso de administração, curso de contabilidade, Curso de estatística e curso de secretariado. A ETCA ofertou, entre 1949 e 1961, apenas o Curso Técnico em contabilidade (BRASIL, 1943a).

As disciplinas técnicas do curso de contabilidade, então, não sofreram alteração até 1961 (BRASIL, 1943a). O momento político econômico do Brasil era diferente em 1957, do momento inicial de implantação de cursos técnicos. Durante a criação e permanência da Escola Técnica de Comércio ocorreram mudanças no cenário político e econômico, que alterou o currículo do curso básico comercial, mas não o do curso técnico existente (NETA *et al.*, 2018).

Nos governos Vargas (1951- 1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), não houveram significativas mudanças nas ofertas dos cursos profissionais e técnicos. O processo de industrialização do Brasil, projetado na era Vargas, estava quase consolidado em 1957, com novas indústrias, principalmente de automóveis e

eletrodomésticos. Já não havia, portanto, mais espaço para o ensino profissional planejado segundo as diretrizes da Reforma Capanema (NETA *et al.*, 2018).

Novos e diversificados postos de trabalhos exigiam novos conhecimentos, mudanças e revisões na estrutura dos cursos profissionais. Para atender essas mudanças o governo instituiu várias leis, entre elas as “leis de equivalências do Ensino”. Estas leis buscavam habilitar o acesso do estudante dos cursos profissionais ao nível superior., visando suprir essa nova demanda de especialização nos postos de trabalho (NETA *et al.*, 2018).

Entre as leis de equivalência que foram sendo gradativamente decretadas e implementadas durante toda década de 1950, a que inclui equivalências para os alunos dos cursos comerciais é a lei n.1.076 de 31 de março de 1950. Ela previa que aos alunos que cursaram o 1º ciclo do curso comercial era assegurada a matrícula no curso clássico e científico, mediante prestação de exame nas disciplinas que não cursaram e que constavam no programa do ensino secundário. Ela também, equivaliu os certificados dos alunos do curso técnico comercial ao 2º ciclo do secundário, ou seja, o aluno técnico poderia realizar vestibular, não ficando restrito somente aos cursos superiores relacionados ao curso de técnico em comércio. Isso possibilitou aos estudantes a ascensão ao curso superior, mesmo a partir de cursos técnicos (NETA *et al.*, 2018).

Desde a criação da ETCA até 1961, apesar das alterações políticas no cargo de governador do Território do Amapá (Quadro 3), não ficou caracterizada uma diferença de condução dos rumos da educação profissional no Amapá. As modificações ocorridas sempre seguiram um planejamento da política nacional. Isso demonstra uma falta de interesse em regionalizar o ensino profissional na época (LOBATO, 2009; CARVALHO, 2012; DIAS, 2014)

Quadro 3 - Mostra os governadores do território do Amapá entre 1949 e 1961.

GOVERNADOR	PERÍODO DE GESTÃO
Janary Gentil Nunes	1944 a 1956
Theodoro Arthou	1954 (por 2 meses)
Amílcar da Silva Pereira	1956 a 1958
Pauxy Gentil Nunes	1958 a 1961
José Francisco de Moura Cavalcanti	1961 (por 6 meses)
Mário de Medeiros Barbosa	1961 (por 2 meses)
Raul Monteiro Valdez	1961 a 1962

Fontes: (SILVA, 2007; FGV, 2009; 2009a; 2009b; ATOM, 2022).

Em 1961 a Escola Técnica de Comércio passou a se chamar Colégio Comercial do Amapá (CCA) (Figura 22) (AMAPÁ, 2017).

Figura 22 - Recorte do Diário Oficial do Amapá com a informação oficial da mudança do nome da ETCA para CCA.

II – ASPECTOS LEGAIS

A Escola Estadual Professor Gabriel de Almeida Café foi criada pela Associação Comercial do Amapá, em 12.09.1949, com a denominação de Escola Técnica de Comércio do Amapá e autorizada a funcionar, através da Portaria Nº 1084/52- MEES – Ministério de Estado da Educação e Saúde, tendo como órgão mantenedor a própria Associação Comercial, objetivando a formação de mão-de-obra qualificada para atuar no mercado local.

Com a Reforma de Ensino, promovida com a Lei de diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61, passou a denominar-se Colégio Comercial do Amapá – CCA, funcionando com dois níveis de ensino: Curso Ginásial de 1ª a 4ª séries e Curso Técnico em Contabilidade.

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Prof. Gabriel de Almeida Café, 2022.

Com a primeira edição da Lei de Diretrizes e Bases da educação, decreto lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a educação passa a ser organizada não por meio de leis isoladas, como outrora. A educação profissional passa a ser parte do sistema de ensino nacional, contudo restringida somente a três cursos de nível técnico: industrial, comercial e agrícola. Isso visava atender o contexto econômico nacional e não propor soluções para a dualidade histórica educacional. A educação diferenciada da elite e da classe trabalhadora mostrava essa divergência (TELES e MOTA, 2020)

4.5 A Dualidade, a Ept e o Amapá

Analisando o contexto histórico, a educação profissional (EPT) parece ter passado por modificações nos seus objetivos (LOBATO, 2009).

Nos anos 20 o objetivo era preparar para o trabalho manual com um caráter assistencialista. Pobres e órfãos eram o público-alvo da educação profissional. A partir da década de 30 em diante verifica-se, com o início da industrialização, a superação do caráter assistencial em detrimento dos objetivos profissionais, visando o aumento da produtividade. Isso evidencia o dualismo educacional presente à época (LOBATO, 2009).

Na década de 50, no cenário das leis educacionais de equivalência, o dualismo parecia ter sido amenizado, levando em conta o incremento da facilidade de acesso do ensino técnico para o ensino superior (BRASIL, 1957). Na realidade o acesso foi fornecido para moldar trabalhadores a novos postos de trabalho criados a partir das demandas da produção industrial (NETA *et al.*, 2018).

O cenário da oferta de educação profissional e técnica desde o início do território do Amapá (1944 até o ano de 1961) os espaços que ofertavam educação profissional, além da ETCA, eram: a Escola de Ensino Industrial do Amapá; a Escola de Iniciação Agrícola do Amapá; a Escola Normal de Macapá; e o Colégio Amapaense. A Escola Técnica de Comércio do Amapá “era a única e primeira escola secundária particular destinada ao ensino comercial” (LOBATO, 2009).

Nas décadas de 50 e 60, no Amapá, o dualismo educacional continuava a separar os estudantes. Os mais privilegiados eram conduzidos ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco (depois Escola Estadual Barão do Rio Branco) e ao Ginásio amapaense (depois Colégio Amapaense). Os filhos de trabalhadores menos abastados eram destinados ao curso normal regional (Escola Normal de Macapá) (CARVALHO, 2012). A Escola Técnica de Comércio do Amapá parecia atender a um grupo intermediário, entre os pobres e os privilegiados, visto que existiam mensalidades a serem pagas, desde a data da sua criação (Figura 7). Filhos de comerciantes amapaenses foram diplomados pela ETCA, como, por exemplo, Mair N. Bemerguy (Figura 23). A família Bemerguy era de origem judaica e exercia atividade comercial no Amapá, portanto pertencente a uma classe “média” (SÁ *et al.*, 2019).

Figura 23 - Página do jornal o Amapá de 12 de maio de 1953 mostrando um formando da ETCA pertencente a uma classe intermediária.



Fonte: Jornal Amapá, 1955.

A Escola Técnica de Comércio, até 1961, por continuar com os mesmos cursos, deu continuidade à essa diferenciação educacional (Quadros 1 e 2). A LDB de 1961 pretendia diminuir essa diferença, porém no estado do Amapá não havia uma instituição de ensino superior, portanto o dualismo continuou sem modificações importantes (GUIMARÃES *et al.*, 2017). Quem pretendesse se formar no ensino superior, à época, deveria estudar em Belém, estado do Pará, ou em Manaus, estado do Amazonas (LOBATO e FERREIRA, 2020). O primeiro curso superior a se instalar no estado do Amapá foi o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), em 1970 (GUIMARÃES *et al.*, 2017).

4.6 O Instituto Federal e a dualidade no Ensino Profissional e Tecnológico

A dualidade educacional sempre esteve presente no ensino profissional. Houve tentativas de superação desta barreira (BRASIL, 1961). Formalmente parecia que a facilitação do acesso ao nível superior constituiria um fim aos percalços da dualidade. Entretanto, a

diferença curricular entre o ensino secundário “não técnico” e o ensino secundário técnico se mostravam evidentes na seleção para o ingresso às universidades. Os conteúdos na formação técnica se mostraram reduzidos e incompatíveis com o que era cobrado nos exames de acesso ao nível superior (SANDES e SILVA, 2022; SÔNEGO, 2022).

O processo de implementação da educação profissional como política de Estado se inicia com Nilo Peçanha em 1909, através da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, transformadas, em 1937, em Liceus Industriais. Em 1942 os liceus são extintos, dando lugar às Escolas Técnicas. Entre 1978 e 1994 ocorreu a transformação dessas escolas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS). Em 2008, com a aprovação da lei Nº 11.892 de 29 de dezembro, houve a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Estes iniciaram a organização, de fato, de uma educação profissional pública e acessível em termos nacionais (VIANA *et al.*, 2020).

Apesar dos avanços e retrocessos observados dentro da construção histórica da EPT, os Institutos Federais (IFs) vêm tentando superar o ensino técnico e mecânico, buscando promover uma educação omnilateral, responsável em propiciar uma educação completa nas diferentes dimensões que formam o indivíduo: “cognitivas, afetivas físicas, éticas, sociais” (SÔNEGO, 2022). Assim os IFs têm desempenhado um papel importante na superação da dualidade educacional, promovendo ensino, pesquisa, extensão e estimulando o desenvolvimento de tecnologia, sem esquecer a formação integral do indivíduo (BRASIL, 2008a).

Dentro dos IFs existe, por exemplo, o programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFET), que corrobora com a ideia que a preparação docente, tendo uma importância primordial dentro da EPT, ao oferecer uma formação continuada destinada a essa modalidade de ensino. Isso contribui com os resultados na educação como um todo. Torna-se, então, mais uma ferramenta de superação da dualidade histórica, que “dissocia a educação básica e a educação profissional, formação básica e formação técnica”, privilegiando a omnilateralidade (PROFEPT, 2018; IFAP, 2021; 2021a; FILHO e SALAZAR, 2022).

Os IFs promovem a superação promovendo o acesso a uma educação integral e emancipadora, através do ensino médio integrado, como também das ofertas de nível superior e formação continuada em nível de *lato sensu* e *stricto sensu* (IFAP, 2021a).

Dar possibilidade aos seus estudantes têm uma amplitude de formação, não se limitando à profissionalização para o mercado de trabalho, mas possibilitando o alcance vertical ao nível superior (FILHO e SALAZAR, 2022; SANDES e SILVA, 2022).

5 PRODUTO EDUCACIONAL

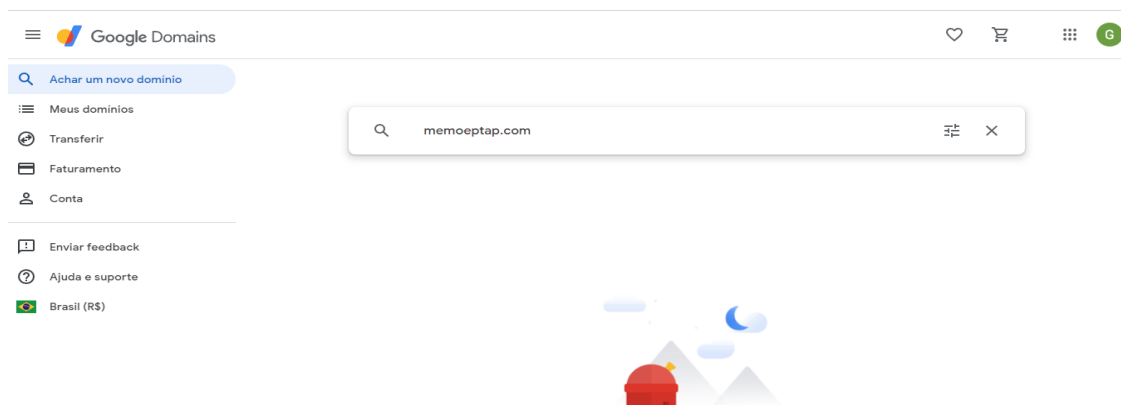
O produto educacional apresentado nesta pesquisa trata-se de uma página na rede mundial de computadores (website) destinada a membros da comunidade (público em geral) que buscam informações sobre a memória da Escola Técnica de Comércio do Amapá e sua participação da EPT do estado. O site, “MEMOEPTAP” (www.memoeptap.com), foi pensado para facilitar o acesso a vários e diferentes documentos daquela instituição de ensino, no período entre 1949 e 1961. Ele tem como objetivo disponibilizar a memória da EPT na ETCA para acesso gratuito voltado ao ensino e/ou a pesquisa. A aplicação ocorreu através do lançamento do site, podendo ser acessado a qualquer momento de forma gratuita no link: <http://www.memoeptap.com>.

O segundo produto educacional é um livro, com o título “ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO NO EX-TERRITÓRIO DO AMAPÁ: A Escola Técnica de Comércio”. O objetivo foi traçar a memória histórica do ensino profissional no Amapá utilizando escrita simples e apurado rigor acadêmico. O livro está aceito para publicação (no prelo) pela Editora Centro de Pesquisa (CPDT), São Paulo SP (Anexo 1).

5.1 Criação do Domínio

Para o desenvolvimento do site, inicialmente foi utilizado o *Google Domains*, um sistema que permite o registro de domínios (DSNI) junto aos servidores do google (<https://domains.google.com/registrar>). Foi escolhido o domínio e verificado se estava disponível. Para acessar o sistema é necessário criar uma conta no google (Gmail) (Figura 24).

Figura 24 - Mostra a escolha do domínio para iniciar a criação do produto educacional (site).



Fonte: Google Domains, 2022.

O domínio MEMOEPTAP.COM foi então escolhido por estar disponível e adquirido com recursos próprios da pesquisadora.

5.2 Criação da Logomarca

A logomarca foi produzida por um especialista em comunicação gráfica e marketing. Ela é direcionada à comunidade estudada na pesquisa. Este produto foi adquirido com recursos próprios pela discente e pelo orientador da pesquisa (Figura 25). Para tanto, fez-se questão da presença das cores da instituição onde funciona o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, bem como a presença da bandeira brasileira, a fim de identificar a origem e nacionalidade do produto educacional.

Figura 25 - Mostra a logomarca criada para o produto educacional (site).



Fonte: Site Memoeptap, 2022.

5.3 Criação do Site

Como complemento à pesquisa, visando facilitar o ensino e a outras pesquisas, o Produto Educacional foi desenvolvido tendo como base os arquivos fotografados. Para tanto foi utilizada a plataforma gratuita *Google Sites* (Figura 26).

Figura 26 - Mostra a tela de desenvolvimento do produto educacional (site).



Fonte: Site Memoeptap, 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate da história da educação profissional no Amapá, tendo como objeto a Escola técnica do Comércio do Amapá (ETCA), proporcionou entender, a partir de uma visão ampla, como foi construída este tipo de educação no Território.

O arquivo documental da Escola Estadual Professor de Almeida Café, rico e parcialmente preservado, contribuiu para que este trabalho historiográfico pudesse ser produzido, buscando criar uma memória acerca dos primórdios da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amapá. Mesmo assim, o estado carece de cuidado com a preservação documental, desta e de outras épocas.

A implantação da ETCA, impulsionada pela política de industrialização do país na era Vargas, e consequente tentativa de desenvolvimento do território (expansão), visava essencialmente gerar mão de obra alfabetizada e técnica. A Escola Técnica de Comércio (ETCA), então, historicamente, é uma das bases da formação técnica profissional do Amapá.

A dualidade no ensino ganhou uma especificidade própria do território, pois agora havia uma nova classe social, de renda média, cujos filhos não conseguiam estudar fora do território, mas conseguiam fazer cursos técnicos pagos para assumir seu local na sociedade, por exemplo, nos estabelecimentos comerciais dos pais ou parentes.

Os institutos federais (IFs), quando implantados, tornaram, em todo país, a oferta de cursos diferenciados acessíveis. Existe atualmente oportunidade imparcial de acesso a cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação no IF do Amapá. Isso impacta na redução da dualidade, ainda existente atualmente, no estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944**. Rio de Janeiro RJ: Imprensa Oficial: 246 p. 1946.

_____. **Diário Oficial**. Macapá AP: GOVAP: 22 p. 2017.

ARAÚJO, D. S.; SÁ, H. G. M. D. O ensino profissional na Primeira República. **Revista Educativa. Goiânia**, v. 17, p. 497-519, 2015.

ARAÚJO, W. **As Primeiras Aulas do Comércio do Brasil No Século XIX**. XIV Congresso Internacional De Contabilidade E Auditoria. Lisboa PT: Iscal: 23 p. 2013.

ATOM. **Item Documental PGDF-011-001 - Fotografia de rosto de Theodoro Arthou**. 2022. Disponível em: < <https://atom.mprj.mp.br/index.php/fotografia-de-rosto-de-theodoro-arthou> >. Acesso em: 09 jun. 2022.

BANDEIRA, T. D. S. Escola técnica do comércio união caixeiral: Contextos de uma criação. **Revista do CERES**, v. 1, n. 1, p. 72 - 77, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846**. Rio de Janeiro RJ: Império do Brasil 1846.

_____. **Constituição Dos Estados Unidos do Brasil 1937**. Rio de Janeiro RJ: Casa Civil 1937.

_____. **Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Brasília - DF, 1942. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Brasília DF, 1942a. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Brasília DF, 1942b. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. **Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Brasília DF, 1943. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 25 jan. 2022.

_____. **Decreto nº 14.373 de 28 de dezembro de 1943**. Rio de Janeiro RJ, 1943a. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d14373.htm >. Acesso em: 07 jun. 2022.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro RJ, 1946a. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm >. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Rio de Janeiro RJ, 1946b. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 27 jan.2022.

_____. **Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Brasília DF, 1946b. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Decreto nº 42.671, de 20 de novembro de 1957**. Brasília DF, 1957. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42671-20-novembro-1957-381351-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 30 maio. 2022.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília DF, 1961. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 09 jun. 2022.

_____. **Cem anos da rede de educação profissional**. Brasília DF, 2008. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf >. Acesso em: 25 maio. 2020.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília DF, 2008a. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm >. Acesso em: 09 jun. 2022.

CANDIDO, F. G.; JUCÁ, S. C. S. Memória, história e educação profissional: contribuições para o debate. **Debates em Educação**, v. 11, n. 23, p. 217–231, 2019. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/4819> >.

CARVALHO, J. W. S. **Instituto de Educação do Amapá: Uma história pelo exemplo**. 2012. 218p. (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia MG.

CARVALHO, M. A. B. D.; SANTOS, L. D. Impactos da Lei Orgânica de 1946 na trajetória de normalistas: um estudo de História Oral Temática. **Rev. Diálogo Educ**, v. 20, n. 64, p. 379-404, 2020.

CEP. **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília DF, 2012. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> >. Acesso em: 17 jan. 2022.

_____. **Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília DF, 2016. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> >. Acesso em: 18 jan. 2022.

CEZAR, T.; FERREIRA, L. S. A relação entre educação e trabalho: um contexto de contradições e a aproximação com a educação profissional. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p. 2141–2158, 2016.

CINTRA, E. P. U. **Escola Técnica do Comércio São José: um colégio católico feminino no tempo da reorganização do ensino comercial**. Caxambu, 2007. Disponível em: < <https://anped.org.br/sites/default/files/gt02-4995-int.pdf> >. Acesso em: 25 jan. 2022.

COELHO, M. C. **De caboclo a brasileiro**: Estado e nacionalidade no território federal do Amapá. João Pessoa PB, 2004. Disponível em: < <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11292/6406> >. Acesso em: 01 fev. 2022.

CUNHA, A. L. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo SP: Editora UNESP, 2000. 44p. Disponível em: < <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/44571.pdf> >. Acesso em: 26 jan.2022.

DIAS, A. O. D. S. **A organização da educação no território federal do Amapá: do "ideal" ao real, do liberal ao conservador (1943-1958)**. 2014. 224p. (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia MG.

FGV. **JANARI GENTIL NUNES**. Rio de Janeiro RJ, 2009. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janari-gentil-nunes> >. Acesso em: 09 junho 2022.

_____. **AMILCAR DA SILVA PEREIRA**. Rio de Janeiro RJ, 2009a. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amilcar-da-silva-pereira> >. Acesso em: 09 jun. 2022.

_____. **JOSE FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI**. Rio de Janeiro RJ, 2009b. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-francisco-de-moura-cavalcanti> >. Acesso em: 09 jun. 2022.

FILHO, E. J. B. L.; SALAZAR, D. M. Formação continuada para a docência na Ept: O que dizem as produções acadêmicas (2015 – 2020). **Revista Vivências**, v. 18, p. 36, 2022.

FILHO, M. V. C. V. **A organização e a expansão do ensino primário no Brasil sob o enfoque das leis orgânicas do ensino (1937-1946)**. 2010. 104p. (Graduação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza CE.

GARCIA, A. D. C. et al. Educação Profissional No Brasil: Origem E Trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, n. 13, p. 1-18, 2018.

GARCIA, S. R. O. **O fio da História**: a gênese da formação profissional no Brasil. 23ª Reunião Anual da Anped. Rio de Janeiro – RJ: ANPED: 1-18 p. 2000.

GHIRALDELLI, J. P. **História da Educação Brasileira**. 4 ed. São Paulo SP: Cortez, 2009.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo SP, 2012. Disponível em: < <https://www.docsity.com/pt/ginzburg-carlo-mitos-emblemas-sinais-morfologia-e-historia-sinais-raizes-de-um-paradigma-indiciario-1/4772196> >. Acesso em: 05 maio 2021.

GUIMARÃES, A. R.; MELO, A. L. D.; NOVAIS, V. S. D. M. **Expansão da educação superior no Pará e Amapá**: O público e o privado em questão. São Luís MA, 2017. Disponível em: <

http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT11_1163.pdf >. Acesso em: 07 maio 2022.

IFAP. **Histórico**. Macapá AP, 2021. Disponível em: <
<https://www.ifap.edu.br/index.php/quem-somos/historico> >. Acesso em: 05 dez 2021.

_____. **Missão, Visão e Valores**. Macapá AP, 2021a. Disponível em: <
<https://www.ifap.edu.br/index.php/quem-somos/missao-visao-e-valores> >. Acesso em: 05 dez 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo SP: Altas, 2010. 320 p.

LOBATO, S.; FERREIRA, P. P. Educação e Mundo Do Trabalho: Diretrizes E Ações Educativas Da ICOMI No Amapá (1964-1967). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, v. 20, p. 1 - 17, 2020.

LOBATO, S. S. **Educação na Fronteira da Modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. 2009. 159p. (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo SP.

_____. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 272-286, 2014.

LOPES, W. D. M. A **“Real Junta do Comercio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brazil e Seus Domínios Ultramarinos”**: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de dom João (1808-1821). 2009. 209p. (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro RJ.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo SP: Cortez Editora, 2002. 317p.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo SP, 1984. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf >. Acesso em: 05 maio. 2020.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, n. 2, p. 4-30, 2007.

MÜLLER, M. T. A Educação Profissionalizante no Brasil – Das Corporações De Ofícios À Criação Do Senai. **Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho**, n. 5, p. 01-31, 2009.

NETA, O. M. M. et al. Organização e estrutura da educação profissional no Brasil: da Reforma Capanema às leis de equivalência. **Holos**, v. 4, p. 223-235, 2018.

NUNES, A. M. D. S.; WETTERICH, C. B. A Dualidade Da Educação No Brasil E Os Dez Anos Do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Norte De Minas Gerais: Uma Proposta De Travessia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n. 2, p. 99-120, 2019.

PROFEPT. **Regulamento geral do programa de mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional**. Vitória ES, 2018. Disponível em: < <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento13julho> >. Acesso em: 09 jun. 2022.

REGERT, R.; BAADE, J. H. A Era Vargas e a Segunda República: Algumas reflexões sobre a História da Educação no Brasil. **Revista do Programa de Pós- Graduação em Educação da UFPI**, v. 39, p. 136-157, 2018.

SÁ, E. D. B. D. et al. Religião e Política: Imigração Judaica para o Estado do Amapá. **Revista Plurais**, v. 9, n. 2, p. 150- 171, 2019.

SABIA, C. P. P.; MILITÃO, S. C. N. Ensino Médio e Educação Profissional no Tempo Presente: Para além da dualidade escolar. **Coloquium Humanarum**, v. 8, n. 1, p. 65-70, 2011.

SANDES, A. D. S. D.; SILVA, M. S. D. Práticas educativas integradoras no ensino médio integrado: Em busca de uma formação humana integral na educação profissional e tecnológica **Ept em Revista**, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2022.

SANTOS, F. R. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970)**. 2ed. Macapá AP: Grafimorte, 2006. 220p.

SANTOS, I. D. S. F. D.; PRESTES, R. I.; VALE, A. M. D. Brasil, 1930 - 1961: escola nova, ldb e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista Histedbr (on-line)**, n. 22, p. 131 – 149, 2006.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, E. C. D.; SOUZA, F. D. C. D. S.; SILVA, F. V. D. Programa novos caminhos: A dualidade assumida? **SAJEBTT**, v. 7, p. 271-292, 2020.

SILVA, E. C. H. D. Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes No Brasil – 1946. **História da Educação (online)**, v. 23, p. e94497, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v23/2236-3459-heduc-23-e94497.pdf> >.

SILVA, M. L. D. **A (Onto)Gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)**. 2007. 180p. (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo SP.

SÔNEGO, F. Caminhos Da Educação Profissional E Tecnológica. **Revista Vivências**, v. 8, n. 36, p. 227-239, 2022.

SOUZA, F. D. C. S.; RODRIGUES, I. D. S. **A Presença da dualidade estrutural na História da Educação Brasileira**. XIII ECHE, III ENHIME e III SINECGEO Golpe de 1964: história geopolítica e educação: UECE 2014.

TELES, N. D. S.; MOTA, L. M. LDB e EPT: o percurso da lei e seus desdobramentos para a educação profissional. **Rev. Sítio Novo Palmas**, v. 4, n. 1, p. 7-19, 2020.

VANDERLEY, S. F. **Antecedentes e Ensino Técnico - Brasil Colônia e Império**. XII Encontro De Pesquisa Em Educação Centro-Oeste. Goiânia GO: 1-12 p. 2014.

VIANA, V. N.; OLIVEIRA, E. D.; DIAS, C. A. G. D. M. O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EPT: De Nilo Peçanha ao Instituto Federal. In: VIANA, V. N. e DIAS, C. A. G. D. M. (Ed.). **Educação física e Ept**. Macapá AP: Centro de Pesquisa, v.1, 2020. cap. 1, p.6 - 13.

ANEXO 1 CARTA DE ACEITE DE PUBLICAÇÃO DO LIVRO



CARTA DE ACEITE

Estimados Autores

Temos a satisfação de informar que o livro "ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO NO EX-TERRITÓRIO DO AMAPÁ: A Escola Técnica do Comércio", de autoria de Gêssica dos Anjos Lobo e Claudio Alberto Gellis de Mattos Dias (Orgs.), foi analisado pelo nosso comitê científico e ACEITO para publicação.

A publicação do e-book está prevista para os próximos vinte (20) dias.
Cumprimentamos novamente os autores.

São Paulo, 23 de junho de 2022.


Sara Stefanie de Oliveira
Coordenadora
Editora CPDT
CNPJ 196502350001-57